

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL**

ALESSANDRA SILVA DO MONTE LIMA

**“CONTRADIÇÃO ENTRE O NOSSO SER DE RELIGIOSAS DO BOM
PASTOR E O NOSSO FAZER COMO FUNCIONÁRIAS DO GOVERNO”: a
transição administrativa na Colônia Penal Feminina do Recife (1984-1994)**

**RECIFE
2023**

ALESSANDRA SILVA DO MONTE LIMA

“CONTRADIÇÃO ENTRE O NOSSO SER DE RELIGIOSAS DO BOM PASTOR E O NOSSO FAZER COMO FUNCIONÁRIAS DO GOVERNO”: a transição administrativa na Colônia Penal Feminina do Recife (1984-1994)

Relatório de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial de desempenho para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar

RECIFE
2023

L732c Lima, Alessandra Silva do Monte
“Contradição entre o nosso ser de religiosas do Bom Pastor e o nosso fazer como funcionárias do governo” : a transição administrativa na Colônia Penal Feminina do Recife (1984-1994) / Alessandra Silva do Monte Lima, 2023.
52 f. : il.

Orientador: Tiago da Silva Cesar.
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2023.

1. Colônia Penal Feminina do Recife - História.
2. Obras da Igreja junto aos presidiários. 3. Prisões - História.
I. Título.

CDU 981.341

Pollyanna Alves - CRB4/1002

“Contradição entre o nosso ser de religiosas do Bom Pastor e o nosso fazer como funcionárias do governo”: a transição administrativa na Colônia Penal Feminina do Recife (1984-1994). © 2023 by Alessandra Silva do Monte Lima is licensed under CC BY-NC-ND 4.0

FOLHA DE APROVAÇÃO
ALESSANDRA SILVA DO MONTE LIMA

“CONTRADIÇÃO ENTRE O NOSSO SER DE RELIGIOSAS DO BOM PASTOR E
O NOSSO FAZER COMO FUNCIONÁRIAS DO GOVERNO”: a transição
administrativa na Colônia Penal Feminina do Recife (1984-1994)

Documento assinado digitalmente
 TIAGO DA SILVA CESAR
Data: 19/02/2024 11:34:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar - UNICAP
Orientador e Presidente da Banca

Documento assinado digitalmente
 WELLINGTON BARBOSA DA SILVA
Data: 19/02/2024 14:59:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva – UFRPE
Avaliador Externo

Documento assinado digitalmente
 MARIA DO ROSARIO DA SILVA
Data: 20/02/2024 09:50:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Maria do Rosário da Silva – UNICAP
Avaliador Interno

Data de aprovação: Recife, 15 de dezembro de 2023.

“Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali”?

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Sou conhecida entre os meus por não possuir poder de síntese. Nesse ponto, escrever estes agradecimentos são um desafio imenso, uma vez que precisarei sintetiza-los ao máximo, pois o emocional não me permite escrever sequer uma linha sem derramar lágrimas.

Em primeiro lugar, à minha mãe, Dileuza. Toda vez que recebo algum elogio por alguma habilidade, a resposta é instantânea: “sou filha de Dileuza”. Não conheço pessoa mais inteligente, desenrolada, habilidosa e amorosa que minha mãe. Tudo o que ela se propõe a fazer, faz com excelência e tamanho amor, que é impossível não se inspirar nela em tudo na vida. Mamizinha, amo você com todas as minhas forças.

A Gláucio, meu amor, fonte de força constante e infinita paciência, que enche meus dias de amor e bom humor, muito obrigada por sempre me motivar e acreditar no meu potencial.

Letícia e Giovanna, minhas filhas amadas, tudo que sou é por vocês e para vocês. Em cada pedacinho de mim habita esse imensurável amor por vocês.

Minha irmã Jennifer, minha inspiração em ser uma pessoa melhor, em cuidar mais de mim para cuidar dos que me cercam, minha saudade diária e constante, que conto os dias para reencontrar sempre que podemos. Você nem tem ideia do quanto me ajuda e me motiva, mesmo a tantos e tantos quilômetros de distância.

Meu irmão João, meu amor e admiração por você são imensos.

Meu pai Heraldo, obrigada pelo apoio incondicional.

A Adri e Marina, pelos cafés da manhã com pitadas de sessão de terapia, vocês são tão especiais.

A todos do 4º JECRIM, em especial Adri, Bibe, Katinha e Ri, por fazerem meus dias mais felizes e por serem luz nos momentos chuvosos. Amo vocês.

Ao meu orientador, Professor Tiago, muito obrigada por tamanha disponibilidade e pelos seus áudios repletos de tranquilidade. Quando eu estava reticente com os rumos da pesquisa e ansiosa diante da incerteza da relevância deste trabalho, eram as suas palavras que me fortaleciam e me davam a certeza de que eu seria capaz.

Aos professores Rosário e Wellington, meus sinceros agradecimentos por terem aceitado compor a banca de defesa para esta pesquisa, com contribuições que trouxeram luz ao tema e a este trabalho.

Aos professores do PPGH da Unicap que, de forma tão dedicada e carinhosa, ofertaram seus conhecimentos e contagiaram todos da maravilhosa Turma 6 com amor pela História.

Por fim, agradeço àqueles que, de alguma forma, contribuíram para que eu pudesse alcançar este objetivo.

RESUMO

O presente relatório se refere ao trabalho desenvolvido no Mestrado Profissional em História e tem como objetivo analisar a transição de administração ocorrida na Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR) entre os anos de 1984 e 1994, quando a instituição deixou de ser administrada pelas freiras da Congregação do Bom Pastor, passando às mãos do Estado. Na década de 40, a Congregação cumpria a tarefa de promover ações assistenciais às mulheres desfavorecidas da comunidade e, após acordo com o então Governador do estado, ficou responsável pela reeducação de 20 presidiárias. Após mais de 40 anos de atividades, as irmãs da Congregação do Bom Pastor não estavam satisfeitas em desempenhar o trabalho de carcereiras e começaram a relatar as dificuldades em reeducar as presidiárias que cumpriam pena na unidade prisional na época, conforme o documento intitulado “O Nosso Apostolado nas Prisões”, resultante do Encontro de Superiores Provinciais da América Latina, ocorrido na cidade de Bogotá, em 1984. No ano de 1990 as freiras deixaram a administração da instituição, passando a mesma a ser exercida diretamente pelo poder estatal. Como suporte na fundamentação teórica, utilizamos a obra “Vigiar e Punir”, de Foucault. A pesquisa é de caráter essencialmente documental, analisando os documentos e reportagens da época, cruzando as informações encontradas com os trabalhos produzidos acerca da Colônia Penal Feminina do Recife, apresentando como produto um almanaque.

Palavras-chave: Pastoral Carcerária. Colônia Penal Feminina do Recife. História das Prisões.

ABSTRACT

This report refers to the work carried out in the Professional Master's Degree in History and aims to analyze the transition of administration that occurred in the Colonia Penal Feminina do Recife (CPFR) between the years 1984 and 1994, when the institution ceased to be managed by the nuns of the Congregation of the Good Shepherd, passing into the hands of the State. In the 1940s, the Congregation carried out the task of promoting assistance actions for disadvantaged women in the community and, after an agreement with the Governor of the state, became responsible for the re-education of 20 prisoners. After more than 40 years of activities, the nuns of the Congregation of the Good Shepherd were not satisfied with performing the work of jailers and began to report the difficulties in re-educating the prisoners who were serving time in the prison unit at the time, according to the document entitled "Our Apostolate in Prisons", resulting from the Meeting of Provincial Superiors of Latin America, held in the city of Bogota, in 1984. In 1990, the nuns left the administration of the institution, starting to be exercised directly by the state power. As support in the theoretical foundation, we use the work "Discipline and Punish", by Foucault. The research is essentially documentary, analyzing documents and reports from that time, crossing the found information with the papers produced about the Colonia Penal Feminina do Recife, presenting an almanac as a product.

Keywords: Prison Pastoral. Colonia Penal Feminina do Recife. History of Prisons.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: símbolos de Vênus, casa, grade e os mesmos símbolos em conjunto, formando a imagem da capa..... 41

Figura 2: ilustração base para o almanaque, contendo diversas silhuetas femininas com a sombra de uma grade sobre as mulheres42

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	15
2.1	A COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE	23
2.2	RELAÇÕES DE PODER	28
2.3	ADMINISTRAÇÃO NA COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE 35	
3.	DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	39
4.	APRESENTAÇÃO DO PRODUTO.....	40
5.	APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	43
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
7.	LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES.....	45
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. INTRODUÇÃO

Ainda são poucos os trabalhos que se referem ao sistema penitenciário feminino no Brasil, especialmente aqueles relacionados ao contexto histórico e que busquem analisar as transformações pelas quais essas instituições passaram. O encarceramento feminino em diversas partes do mundo tem sua história atrelada à atuação de instituições religiosas em conjunto com o poder estatal, a exemplo de Kentucky, nos EUA, em 1842; Quebec, no Canadá, em 1844; 25 Centros de Orientação Feminina no Chile, a partir de 1864; e Buenos Aires, na Argentina, em 1885 (ARTUR, 2017, p. 128-135). No Brasil, a instalação da Congregação do Bom Pastor data de 1889, com atuação junto a mulheres penitentes, órfãs, pensionistas, alunas não reclusas para estudos católicos e instrução primária (ARTUR, 2017, 142). Com o advento do Código Penal de 1940¹, surge pela primeira vez uma diretriz legal que determinou, para o sistema prisional brasileiro, a separação física de apenados homens e mulheres, e com isso o Estado se viu com a incumbência de garantir instituições distintas para realizar a execução das penas, ou, ao menos, alas e seções apartadas para cada um dos sexos (ARTUR, 2017, p. 23). A inserção das instituições religiosas nesse cenário não se deu ao acaso: eram múltiplas as experiências em diversos países nos quais as Irmãs do Bom Pastor exerciam o trabalho de pastoral carcerária, e, conforme já havia diversas instalações da Congregação espalhadas pelo território nacional, os acordos para a realização da pastoral carcerária no Brasil não tardaram a surgir. Especificamente no Recife, a chegada da Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor se deu em 08 de maio de 1924 (ARTUR, 2017, p. 142-143), e o acordo com o então Governador Agamenon Magalhães para o acolhimento de presas se deu no ano de 1943 (SANTOS, 2009, p. 31). As irmãs do Bom Pastor deixaram de administrar a Penitenciária Feminina do Rio de Janeiro no ano de 1955; pediram dispensa da gestão da Penitenciária Feminina da Capital (antigo “Presídio de Mulheres” de São Paulo em 1977; deixaram a direção da Penitenciária Feminina de Tremembé, em São Paulo, em 1980; em 1981, a gestão da penitenciária Feminina (antigo Reformatório de Mulheres) do Rio Grande do Sul também saiu das mãos das religiosas do Bom Pastor (ARTUR, 2017, p. 143). No Recife, após mais de 40 anos de atividades, as irmãs da Congregação do Bom Pastor não estavam satisfeitas em desempenhar o trabalho de

¹ Decreto nº 2848 de 07 de dezembro de 1940, art. 29, § 2º: “As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”.

carcereiras e começaram a relatar as dificuldades em reeducar as presidiárias que cumpriam pena na unidade prisional na época, conforme o documento intitulado “O Nosso Apostolado nas Prisões”, resultante do Encontro de Superiores Provinciais da América Latina, ocorrido na cidade de Bogotá, em 1984. É bem verdade que essa insatisfação parte da movimentação de abertura política ocorrida na época, onde a nova conjuntura política e social não mais acolhia o modelo de administração exercido pelas religiosas. No ano de 1990 as freiras deixaram a administração da instituição, passando a mesma a ser exercida somente pelo poder estatal, com a atuação de funcionários indicados pela Secretaria de Segurança de Pernambuco.

Como suporte na fundamentação teórica, utilizamos a obra “Vigiar e Punir”, do filósofo francês Michel Foucault. Seu texto expõe as transformações enfrentadas pelo sistema punitivo ao longo do tempo, passando das punições físicas e espetacularizadas às prisões contemporâneas, onde a privação da liberdade é o foco. Essa transformação não deixa de lado a atuação em diversos aspectos do apenado, como seus pensamentos, comportamentos, vontades e vivências. É nesse ponto que as reflexões de Foucault tomam seu lugar, trazendo diversas considerações relevantes no que concerne à disciplina imposta aos presidiários e o processo de docilização ao qual seus corpos são submetidos. Foucault apresenta os estabelecimentos prisionais como lugares cuja apuração das situações praticadas nos mesmos é capaz de possibilitar um estudo e conhecimento daquelas instituições. No que concerne ao universo prisional feminino, a tarefa transferida às religiosas se coaduna com as expectativas do Estado, uma vez que reforça a ideia de definição do papel feminino sob o exemplo de freiras, que trariam a imagem de virtude feminina ideal, de obediência e comportamento, trazendo às mulheres transgressoras da lei um modelo a ser seguido nas suas condutas.

Esta pesquisa se propõe a realizar um trabalho de divulgação histórica, analisando outras pesquisas realizadas sobre a temática da mulher presa, bem como especificamente aquelas realizadas no ambiente da Colônia Penal Feminina do Recife. Nesse diapasão, merecem destaque, entre os trabalhos consultados, a tese de doutorado em História Social de Ângela Teixeira Artur, intitulada “Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras”, de 2016, que analisa a atuação de instituições religiosas na esfera prisional e discute a condição da mulher criminosa em um ambiente prisional administrado por religiosas. Artur foca sua pesquisa na Congregação do Bom Pastor de Angers, instituição religiosa que ficou responsável pela administração de penitenciárias femininas e menores infratores na América Latina. A atuação de congregações religiosas

nos cuidados de sujeitos marginalizados e nos setores educacionais acontecia por toda a América Latina, em lugares como colégios, hospitais, orfanatos, pensionatos, asilos (ARTUR, 2017, p. 91-92), bem como leprosários e hospitais psiquiátricos (MENEGUELLO, 2018, p. 349). A presença de instituições religiosas em prisões se resumia às prisões femininas, chegando no Brasil em um momento da história na qual havia a necessidade de separação dos apenados homens e mulheres, daí a visão da mulher criminosa como uma pessoa carente de atenção e assistência, colocando-as sob a tutela das religiosas, que historicamente já ocupavam esse lugar voltado à assistência social (ANGOTTI, 2011, p. 20).

A dissertação da professora Maria do Amparo Rocha Caridade, que ao realizar seu estudo sobre a sexualidade das mulheres detidas na Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR – ou CPF, nas citações da obra de Caridade), em 1988, intitulada de “Sexo, Mulher e Punição: a sexualidade feminina numa instituição penal”, demonstra a importância dos estudos das relações de poder quando expõe as diversas relações existentes entre o Estado, as instituições religiosas e as mulheres recolhidas àquele estabelecimento prisional, além de apresentar as manifestações e impressões das mulheres presas quanto aos seus recolhimentos ao cárcere. Caridade foi professora adjunta da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) no curso de Psicologia, atuando no campo acadêmico desde a década de 1970, até seu falecimento em 2010. Em sua dissertação, a professora realizou diversas entrevistas com as presas que se encontravam recolhidas, bem como utilizou algumas fotografias para ilustrar como eram os espaços na Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR, ou CPF, nas citações do trabalho de Caridade). No seu trabalho, a pesquisadora relata que conseguiu acesso ao Bom Pastor com mais facilidade pelo seu relacionamento anterior com as irmãs do Bom Pastor, uma vez que havia trabalhado na Congregação, como religiosa, professando o carisma do Bom Pastor. Com a devida autorização do superintendente da SUSIPE (Superintendência do Sistema Penitenciário em Pernambuco), Caridade pôde realizar sua pesquisa no interior da CPFR, com frequência de duas a três vezes por semana, entrevistando as mulheres presas. Segundo a pesquisadora, o trabalho contou com informações obtidas pela totalidade das detentas recolhidas, que no período da pesquisa oscilou entre 49 a 60 mulheres, embora apenas 16 tenham sido selecionadas para os relatos de histórias de vida contidos no trabalho. Caridade relatou que optou por fazer anotações diretas, sem utilizar questionários ou gravadores, uma vez que, por desconfiança, as mulheres davam respostas evasivas às

perguntas que lhes eram feitas diretamente, logo a pesquisadora deu preferência a escutar as histórias de vida das presas. Não houve, entretanto, transcrição das entrevistas nos anexos do trabalho, de modo que os trechos de falas das presas foram extraídos diretamente da dissertação, sendo utilizados os recortes selecionados para atender as necessidades da presente pesquisa. Nas palavras de BORGES (2013, p. 135), “o pesquisador que produz e faz uso das fontes orais em sua pesquisa não precisa necessariamente tornar público as entrevistas realizadas. Contudo, disponibilizar o material produzido a consulta de outros pesquisadores pode ser uma opção”. Infelizmente, não houve a disponibilidade desse material nos anexos da referida dissertação. Restou revelada, portanto, a dificuldade em utilizar como fonte as entrevistas realizadas por Caridade, uma vez que por não haver gravações e transcrições das entrevistas, tampouco a disponibilidade das suas anotações, tendo sido de uso exclusivo da pesquisadora, nos restringindo a utilizar e buscar interpretações sobre aquilo que Caridade considerou relevante para a sua pesquisa. Como reflete Voldman:

A fonte oral, seja provocada por aquele que irá servir-se dela para sua pesquisa, seja utilizada por um outro historiador, tem a priori um status de fonte. Essa diferença radical não dispensa, contudo, um tratamento crítico (contexto geral e particular, data, forma, natureza etc) do testemunho escrito, que participa do segundo pela intencionalidade e do primeiro pela forma do suporte), o essencial é portanto a atenção dada às características intrínsecas do documento (2006, p. 249).

Ademais, a utilização de uma entrevista realizada por outra pesquisadora foi necessária devido ao fato de que o arquivo morto da CPFRR não foi disponibilizado a esta pesquisa. Em dezembro de 2022 enviamos Ofício ao Superintendente de Segurança Prisional (SSPEN) solicitando autorização para acessar o arquivo da CPFRR. Essa solicitação foi transferida à Superintendência de Capacitação e Ressocialização (SCR) e infelizmente o pedido foi indeferido em abril de 2023, sob a justificativa de que o setor passou por troca de gestores e reorganização do sistema penitenciário de Pernambuco, não permitindo que pessoas que não façam parte das atividades penitenciárias adentrem no espaço das unidades prisionais.

Também não localizamos material de entrevistas realizadas na CPFRR por outros pesquisadores nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas.

A análise das representações dos jornais da época aduz informações acerca das atividades desenvolvidas pela CPFRR, bem como do momento no qual ocorreu a efetiva

transferência da responsabilidade de administrar o estabelecimento penal. Utilizamos imagens extraídas de reportagens publicadas na imprensa oficial e periódica, bem como imagens encontradas nos trabalhos acadêmicos publicados na época em estudo. Dessa forma, utilizamos também as imagens como fontes, uma vez que as mesmas permitem analisar como os discursos eram efetivados e direcionados a promover a instituição como modelo de administração e sucesso.

Tratar de temas sensíveis, como aponta Samantha Quadrat (2018), carrega o desafio adicional de preocupação com a maneira de exposição e debate promovido acerca do evento discutido, necessitando de um atento tratamento ético e moral de modo a se promover a empatia pelos afetados e repulsa ao que ocorreu no passado, bem como cuidar das suas reverberações no tempo presente. Nas palavras de Quadrat, os temas sensíveis na história se referem a eventos traumáticos ou catastróficos do século XX, a exemplo do Holocausto, apartheid, genocídio em Ruanda e ditaduras civis-militares da América Latina, e “têm, sobre eles, a marca de um passado que não passa, seja por conta do racismo, dos linchamentos, da ausência dos corpos das vítimas do crime de desaparecimento forçado, dos assassinatos sem respostas ou, ainda das covas coletivas” (QUADRAT, 2018, p.213). Nesse sentido, apontar as representações que as mulheres presas na CPFR tinham da instituição naquele momento histórico possui importância no sentido de resgatar as memórias daquelas mulheres marginalizadas pela sociedade, ao passo que aponta o tratamento dispensado a elas por parte das instituições que as tutelavam.

Podemos entender “a história pública como uma prática eminentemente voltada àquela ‘divulgação histórica’ e, de fato, a produção de materiais para circulação e consumo de uma audiência mais ampla do que nossos pares acadêmicos” (MAUAD, ALMEIDA E SANTHIAGO, 2016, p. 11). Este trabalho, portanto, pretende contribuir nas discussões ligadas à história pública, apresentando uma pesquisa qualificada em fontes, com rigor historiográfico, contudo voltada a um público mais amplo de estudiosos e interessados no tema das prisões, possibilitando uma divulgação histórica sobre a questão das prisões femininas. Nesse ponto, o produto dessa pesquisa, qual seja, um almanaque, permite um maior alcance entre o público alvo pretendido, uma vez que possui leitura que busca ser mais fluida e interativa.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pena privativa de liberdade é, em nosso ordenamento jurídico, uma das principais sanções aplicadas no caso do cometimento de crimes graves. Já dizia o filósofo Beccaria que as penas devem ser proporcionais ao delito, de modo que a escolha da pena a ser aplicada deve ser pautada no objetivo de evitar novos crimes por parte da sociedade (1999, p. 37). Ainda segundo Beccaria:

Fica evidente que o fim das penas não é atormentar e afligir um ser sensível, nem desfazer o delito já cometido. É concebível que um corpo político que, bem longe de agir por paixões, é o tranquilo moderador das paixões particulares, possa albergar essa inútil crueldade, instrumento do furor e do fanatismo, ou dos fracos tiranos? Poderiam talvez os gritos de um infeliz trazer de volta, do tempo, que não retorna, as ações já consumadas? O fim da pena, pois, é apenas o de impedir que o réu cause novos danos aos seus concidadãos e demover os outros de agir desse modo (1999, p. 52).

Em relação aos estabelecimentos penais, a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, mais conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), estabelece em seus artigos 82 a 104, entre outras coisas, o critério para a separação de presos e a área mínima das celas. O que vem a definir os tipos de estabelecimentos prisionais é a finalidade original de cada unidade. De acordo com a LEP, penitenciária é a unidade prisional destinada aos condenados a cumprir pena no regime fechado², enquanto as colônias agrícolas, industriais ou similares são destinadas aos presos do regime semiaberto³ e a casa do albergado, aqueles em regime aberto⁴. Detentos provisórios devem aguardar o julgamento em cadeia pública⁵. Há ainda os hospitais de custódia, onde deve cumprir medida de segurança quem cometeu crime possuindo algum problema mental e foi, por isso, considerado inimputável ou semi-imputável⁶. Também existem os centros de observação, nos quais realizar-se-ão os exames gerais e o criminológico⁷, servindo também como local de triagem para o encaminhamento do indivíduo recolhido.

2 **Lei de Execução Penal** - Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1985, art. 87.

3 *Idem*, art. 91.

4 *Idem*, art. 93.

5 *Idem*, art. 102.

6 *Idem*, art. 99.

7 *Idem*, art. 96.

Além disso, encontramos no artigo 83, a referência a algumas dependências que devem existir dentro das unidades penais:

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva. (...) § 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade⁸.

Quanto às instalações das unidades femininas, a Lei prevê que a equipe dessas unidades deverá ser composta apenas de agentes do sexo feminino⁹. Além do disposto no §2º do dispositivo citado acima, encontramos, ainda, no artigo 89, as seguintes previsões:

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa¹⁰.

Escrever sobre a história das prisões é se debruçar sobre acontecimentos muitas vezes traumáticos e memórias sombrias, dificultando o trabalho do historiador. O historiador francês Michel de Certeau aponta a importância da contribuição social ao questionar bem no início de seu texto “A operação historiográfica”: “o que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha?” (CERTEAU, 1982, p. 65). Faz-se necessário envolver, como tão bem leciona Certeau, uma “(...) combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita” (CERTEAU, 1982, p.66). A busca pelas fontes para o desenvolvimento de um texto sobre o sistema prisional feminino no Recife acaba por revelar que ao longo dos anos foram escritas diversas reportagens jornalísticas sobre o Bom Pastor enquanto Colônia Penal, umas com severo tom de crítica às instalações e funcionamento, outras enaltecendo as ações de ressocialização desenvolvidas na unidade. Uma leitura atenta ao que foi encontrado na Hemeroteca Digital na busca pelos termos “Bom Pastor”, “Colônia Penal”, “Colônia Penal Feminina”, “presídio feminino”, “penitenciária feminina”, “cadeia feminina”, “presas” e “mulheres presas”, demonstra como a representação da mulher privada de liberdade varia em torno da mensagem que se quer propagar: ora a de um projeto de ressocialização contundente

8 Idem, art. 83.

9 Idem, art. 83, §3º.

10 Idem, art. 89.

e bem-sucedido, ora de um universo tomado por dificuldades e desafios. Desse levantamento, com alguns dos termos pesquisados apresentando mais de 470 ocorrências, reduzimos a margem de pesquisa para o período compreendido entre os anos de 1980 e 1999 e selecionamos aquelas de maior relevância para o tema da transição administrativa da CPFR.

Entre as publicações encontradas nos jornais em geral, na Hemeroteca Digital, destacam-se: 1) reportagem publicada em 02 de agosto de 1984 no jornal Diário da Manhã, intitulada “Susipe vai comemorar o ‘Dia do Presidiário’”, informando das preparações para a comemoração do dia do presidiário na CPFR; 2) reportagem publicada em 21 de agosto de 1984 no jornal Diário da Manhã, intitulada “Atividades agrícolas nas penitenciárias do Estado”, informando que um projeto de cultivo de hortas seria implantado futuramente na CPFR; 3) reportagem publicada em 11 de junho de 1987 no jornal Diário de Pernambuco, intitulada “Colônia mantém presas em disciplina exagerada”, relatando visita surpresa da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PE à CPFR, que avaliou o tratamento disciplinar dispensado às detentas como de rigidez exagerada; 4) reportagem publicada em 02 de outubro de 1989 no Diário de Pernambuco, intitulada “Bom Pastor está pertinho do inferno”, contendo relatos de detentas insatisfeitas com a infraestrutura da CPFR, dos castigos com remoção ao Manicômio Judiciário, bem como das proibições existentes, dentre elas a de prática sexual; 5) reportagem publicada em 1º de agosto de 1990 no jornal Diário de Pernambuco, intitulada “Bom Pastor agora sob direção de advogada”, informando que naquele ano a advogada Ângela Lócio, integrante da Secretaria de Justiça, assumiu a direção da CPFR.

Também empreendemos pesquisa ao site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), que guarda as edições publicadas do Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Nessa plataforma encontramos 778 ocorrências, e em que pese a maior parte delas se referir a dotações orçamentárias ou movimentação de pessoal, pudemos observar diversas reportagens acerca dos projetos e atividades desenvolvidas na CPFR. Fica claro na análise dessas publicações o tom otimista e festivo, enaltecendo o trabalho desenvolvido pela unidade e pelo então governo do estado de Pernambuco, o que acaba não sendo surpreendente, uma vez que se trata de publicação oficial do governo. Entre essas publicações, destacam-se: 1) reportagem publicada em 12 de setembro de 1984, intitulada “Colônia Penal vai vender seu artesanato feminino”, anunciando que os artigos de bordado, crochê, tapeçaria e tricô confeccionados na CPFR seriam vendidos na Feira

dos Municípios, no Parque de Exposições da Caxangá; 2) reportagem publicada em 08 de fevereiro de 1986, intitulada “Presídios irão produzir 200 toneladas de hortigranjeiros”, detalhando o funcionamento do programa agrícola praticado nos presídios do estado; 3) reportagem publicada em 25 de novembro de 1987 intitulada “Conselho vê bom nível em presídios”, informando que os participantes da Reunião do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do I Encontro regional de Secretários de Justiça realizaram visita aos presídios do estado, dentre eles a CPFR, julgando que o presídio feminino era “quase ideal”; 4) reportagem publicada em 10 de março de 1988 intitulada “Grupo teatral do Bom Pastor já tem nome”, anunciando o nome escolhido pelas detentas para o seu grupo teatral, qual seja “Alvará de Soltura em Terra Proibida”; 5) reportagem publicada em 07 de junho de 1988 intitulada “Detentas encenam peça teatral no Bom Pastor”, informando que o grupo teatral havia realizado a sua estreia apresentando no salão de recreação da CPFR a peça “‘Braziu di todos us Çantos’ (Nas Maravilhas de Calhetas)”; 6) reportagem publicada em 21 de outubro de 1988 intitulada “Teatro é levado aos presídios”, considerando positivos os resultados do Projeto Coringa, da Federação do Teatro Amador de Pernambuco e da Superintendência do Sistema Penitenciário de Pernambuco – Susipe; 7) reportagem publicada em 03 de novembro de 1988 intitulada “Programa de alfabetização muda para melhor no Estado”, informando que as medidas adotadas com objetivo de diminuir o analfabetismo não teriam apresentado resultados satisfatórios e, com isso, havia passado por melhorias utilizando o método do educador Paulo Freire, com participação da CPFR; 8) reportagem publicada em 1º de abril de 1989 intitulada “Franca decide que ações do Projeto Coringa vão continuar”, informando que as oficinas de teatro do Projeto Coringa têm boa aceitação por parte das presas e que o então Secretário da Justiça do estado, Roberto Franca, teria garantido a sua continuação no estado; 9) reportagem publicada em 19 de maio de 1989, intitulada “Debate sobre a mulher no presídio”, relatando que as detentas da CPFR participaram de um debate sobre a condição da mulher na sociedade, coordenado pela jornalista Wilma Lessa, pertencente ao movimento feminista pernambucano; 10) reportagem publicada em 15 de agosto de 1989 intitulada “Começa o I Censo Penitenciário do Estado”, anunciando o início dos trabalhos do I Censo Penitenciário do Estado, o qual seria realizado entre os meses de agosto de outubro daquele ano; 11) reportagem publicada em 30 de maio de 1990, intitulada “Justiça trabalha com cinco prioridades até março de 91”, relatando o plano de ações prioritárias do governo, entre elas a de recuperação do sistema penitenciário com a instalação de Núcleos de Assistência

Judiciária, sendo um deles na CPFRR; 12) reportagem publicada em 1º de agosto de 1990, intitulada “Advogada vê como desafio direção de colônia penal”, informando que na semana anterior a advogada da Susipe Ângela Lócio teria assumido a direção da CPFRR, após a administração pelas freiras da Irmandade do Bom Pastor pelos últimos 45 anos; 13) reportagem publicada em 08 de novembro de 1990 intitulada “Informática chega a presídios”, anunciando que os funcionários da Secretaria da Justiça estavam sendo treinados para operar computadores e que o programa de informatização dessa Secretaria seria iniciado pela CPFRR, que possuía a menor população carcerária; 14) reportagem publicada em 18 de janeiro de 1991 intitulada “Acesso da população à Justiça melhora com ações do Governo”, apontando que houve melhoria do sistema penitenciário com diversas ações, entre elas a recuperação das coberturas da CPFRR; 15) reportagem publicada em 21 de março de 1991 intitulada “Profissionalização do preso é prioridade em Pernambuco”, informando da visita promovida à CPFRR na qual secretário da Justiça Marcos Cabral reafirmou a sua disposição de iniciar mutirão para agilizar os processos e proceder a revisão das penas; 16) reportagem publicada em 16 de abril de 1991, intitulada “Cabral avalia primeiras ações na área da Justiça”, informando que a CPFRR teve ampliado o trabalho das detentas na produção artesanal e no cultivo de hortaliças; 17) reportagem publicada em 15 de outubro de 1991, intitulada “Presas do Bom Pastor comemoram o Dia da Criança”, onde são expostas as ações realizadas para a comemoração do dia da criança na unidade prisional do Bom Pastor, tendo por objetivo promover o conagraçamento das detentas com os seus filhos, com apresentações de palhaços, distribuição de brindes, lanches, refrigerantes, show de encenação de peça infantil pelas próprias detentas; 18) reportagem publicada em 04 de novembro de 1992, intitulada “Bom Pastor tem cadastro informatizado”, anunciando que os dados sobre as detentas da CPFRR já se encontravam cadastrados no Sistema de Cadastro Penitenciário – SCP, auxiliando no tratamento das informações relacionadas às detentas; 19) reportagem publicada em 07 de novembro de 1992, intitulada “Chá do livro movimenta a Colônia Penal”, relatando o evento promovido pela Diretoria do Sistema Penitenciário da Secretaria de Justiça, no auditório da CPFRR, que, em comemoração à Semana do Livro, mostrou trabalhos artísticos e literários de detentos de diversos presídios do Estado, com exibição de peça teatral encenada pelas detentas da CPFRR; 20) reportagem publicada em 26 de outubro de 1993, intitulada “Sistema Penitenciário festeja Semana do Livro”, informando o início da campanha “Ler é Libertar”, com exposição de trabalhos literários realizados pelos detentos, com feira de produtos artesanais confeccionados pelos reclusos, bem como

comidas típicas preparadas pelas detentas da CPFR; 21) reportagem também publicada em 26 de outubro de 1993, intitulada “Governo do Estado ajuda ex-detentos a conviver melhor com a sociedade”, na qual afirma que o governo dispõe de trabalho assistencial voltado a acompanhar o retorno do egresso do sistema prisional à vida em sociedade; 22) reportagem publicada em 23 de novembro de 1993, intitulada “Bebês convivem com mães detentas no Bom Pastor”, noticiando que a CPFR abrigava quatro crianças de zero a três meses de idade em companhia de suas mães; 23) Decreto nº 17.457 de 26 de abril de 1994, publicado em 27 de abril de 1994, instituindo a Escola Dona Maria Isabel Cabral, com funcionamento na CPFR, destinada a ministrar o Curso Supletivo na função de Suplência – 1º grau; 24) reportagem publicada em 27 de maio de 1994, intitulada “Detentos fazem exames supletivos”, informando que 80 detentos de vários presídios do estado, dentre eles algumas mulheres da CPFR, haviam participado da primeira etapa dos exames supletivos de primeiro e segundo graus; 25) reportagem publicada em 1º de junho de 1994, intitulada “Detentos recebem educação nos presídios do Estado”, relacionando as ações promovidas pelo então governo no que tange à ressocialização através da educação dentro dos presídios; 26) reportagem publicada em 22 de junho de 1994, intitulada “Detentas participam dos festejos juninos”, promovendo a festa de São João que havia sido realizada na CPFR; 27) reportagem publicada em 02 de agosto de 1994, intitulada “Detentas do Bom Pastor produzem tapetes como atividade pedagógica”, comunicando uma das ações do setor de laboraterapia da Diretoria do Sistema Penitenciário; 28) reportagem publicada em 09 de setembro de 1994, intitulada “Escolas em presídios estão regularizadas”, noticiando que todas as escolas para presidiários do estado, entre elas a da CPFR, foram registradas por meio de convênio entre as Secretarias de Educação e da Justiça; 29) reportagem publicada em 15 de setembro de 1994, intitulada “Informática ajudará a combater superpopulação carcerária em Pernambuco”, informando da aquisição de novos computadores a serem distribuídos entre os presídios e da existência de um projeto piloto similar na CPFR.

A análise da mencionada documentação possibilita aprofundar o estudo dos motivos que teriam levado à transição administrativa na CPFR, bem como das transformações ocorridas no recorte temporal entre 1984 e 1994, buscando analisar os impactos sociais advindos dessa mudança da administração desse estabelecimento prisional, bem como descobrir se a transferência da administração da CPFR ao poder estatal de Pernambuco resultou em investimentos na promoção da ressocialização das reeducandas,

possibilitando, entre outros fatores, o exercício livre de identidade de gênero e orientação sexual das mesmas, assim como melhorias nas condições no cárcere.

Historicamente o número de mulheres encarceradas sempre foi consideravelmente menor quando comparado ao número de homens na mesma situação. Segundo a reportagem acima mencionada, publicada no Diário de Pernambuco em 1º de agosto de 1990, ano em que a CPFR passou à total administração estatal, o estado de Pernambuco registrava 82 detentas, das quais 60 estavam internas, 18 em liberdade condicional e compareciam uma vez por semana à CPFR, além de 4 em tratamento no Manicômio Judiciário¹¹. Segundo a pesquisadora Charisma Santos, no ano de 1994 a CPFR abrigava 90 presidiárias custodiadas por uma média de 12 agentes por plantão (SANTOS, 2009, p. 33). Estudar os primeiros anos dessa transferência de administração nos possibilita analisar quais mudanças foram significativas e causaram maior impacto na vida das mulheres que passaram pelo sistema prisional naquela época, dada a importância dessa instituição para a comunidade.

Entender como se deu a formação e transformação das instituições prisionais nos auxilia a compreender como funcionaram as prisões femininas ao longo da história, quais evoluções puderam ser observadas e que importância detém especificamente a CPFR na vida das mulheres que por ela passaram e na comunidade que a cerca. A religiosidade era imposta àquelas mulheres, uma vez que as mesmas estavam inseridas num contexto de pastoral carcerária, onde havia obrigatoriedade de participação na missa dominical, sob pena de castigo (CARIDADE, 1988, p. 109).

Naquela época, a atuação das Irmãs do Bom Pastor, em conjunto com as deliberações do Estado, teve função crucial na reestruturação do cárcere, com a separação de apenados homens de apenadas mulheres em um contexto em que a lei penal ainda não previa tal distinção (KARPOWICZ, 2016, p. 01). Leciona Charisma Santos que a história da CPFR se iniciou na década de 40:

Após entendimento entre o governador Agamenon Magalhães e a Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor foi lançada em 03 de outubro de 1943 a pedra fundamental em 10 hectares de terreno situado na zona rural, hoje bairro do Engenho do Meio. A Congregação adquiriu o terreno e o Estado construiu as edificações para as atividades de Educação, Reeducação e Colônia

¹¹ Reportagem intitulada: Bom Pastor agora sob direção de advogada, em Diário de Pernambuco, Recife, quarta-feira, 1 de agosto de 1990. Acesso via Hemeroteca Digital em 30/12/2021.

Penal Feminina. Em 05 de novembro de 1945 foi inaugurado o prédio situado a Rua do Bom Pastor no Engenho do Meio. Na ocasião, foram transferidas para as novas instalações 120 internas e 20 presidiárias, com o acompanhamento de 20 religiosas (SANTOS, 2009, p. 33).

Com o passar dos anos e com o aumento do número de reclusas, tornou-se mais evidente a homossexualidade feminina dentro do cárcere, o que também contribuiu como um dos fatores pelos quais as religiosas do Bom Pastor não mais quissem continuar na função:

(...) após 45 anos de trabalhos de fé e educação no bairro do Engenho do Meio, as irmãs da Congregação do Bom Pastor começaram a sentir dificuldades de continuar realizando a missão de reeducar as 90 presidiárias que cumpriam pena na unidade prisional em face de realizarem um trabalho de Pastoral Carcerária e não de “carcereiras”. A missão das mesmas, como esclareceram enfaticamente era de cunho religioso e até mesmo assistencial e não de natureza punitiva. A Colônia Penal Feminina funcionava como um colégio interno, porém o estado de Pernambuco passou a interferir na gestão da Congregação, como por exemplo: a concessão de encontro conjugal às presidiárias não era aceito pelas religiosas, uma vez que aquelas se prostituíam e tinham amantes, contrariando completamente a missão das irmãs que realizavam o seu trabalho ditado pelos preceitos da Igreja Católica (BELO, 2014, p. 25).

Como marco teórico inicial estabelecemos o documento intitulado “O Nosso Apostolado nas Prisões”, elaborado pelas religiosas no Encontro de Superiores Provinciais da América Latina ocorrido em Bogotá no ano de 1984, no qual a insatisfação em continuar com o ofício de pastoral carcerária fica evidente. Centramos o nosso trabalho na leitura das reportagens que foram veiculadas nos jornais locais e no Diário Oficial do estado de Pernambuco entre os anos de 1984 e 1994 acerca da administração da CPFR, especialmente aquelas que versam sobre as condições do cárcere e evolução no número de reeducandas institucionalizadas. Também agregando a fundamentação teórica, levamos em consideração os estudos anteriores realizados na CPFR, como os de Caridade, Belo, Santos e Souza, uma vez que reúnem características do modelo administrativo desenvolvido na instituição por ocasião da direção realizada pelas freiras da Congregação do Bom Pastor. Nesse sentido, mostrou-se bastante elucidativo o artigo publicado por Débora Soares Karpowicz, intitulado “Prisões femininas no Brasil: possibilidades de pesquisa e de fontes”, no ano de 2016, no qual a autora explora as formas de acesso e restrições aos arquivos mantidos pelas religiosas da Congregação do Bom Pastor no Brasil e em outras regiões do mundo. As prisões femininas são lugares

que vêm despertando o interesse de pesquisadores num tempo mais recente, sendo ainda um tema pouco explorado, parte em razão da dificuldade de acesso a documentações sobre esses lugares, uma vez que tradicionalmente as instituições religiosas mantêm uma maior reserva de seu acervo documental. Os trabalhos dos historiadores Tiago Cesar (2022) e Carolina de Wit (2021), que se debruçaram sobre arquivos da Cadeia Civil de Porto Alegre e da Penitenciária Feminina de Florianópolis, respectivamente, são de grande contribuição na discussão sobre as razões pelas quais o tema das mulheres presas é pouco frequente em produções acadêmicas, além da dificuldade de acesso às fontes, conforme já mencionado. Ademais, a escassez de trabalhos e publicações no campo das penitenciárias femininas se revela um desafio adicional na busca por informações sobre a temática da transição administrativa nessas instituições.

2.1 A COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE

O desenvolvimento de um sistema penitenciário feminino ao longo da história se deu agregado ao objetivo primário de reconduzir à sociedade mulheres que seriam boas mães e esposas, corrigindo os vícios que as teriam afastado do caminho de retidão esperado. Nesse sentido, a criminalidade feminina era encarada como um desvio do papel social que a mulher deveria cumprir, sendo que a mulher criminosa precisava ser contida e corrigida. Foi com essa mentalidade que as primeiras prisões para mulheres no Brasil foram planejadas e executadas, buscando desenvolver atividades consideradas como próprias do sexo feminino e confiando a uma congregação religiosa essa missão (ANGIOTTI, 2011, p. 193). A Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, popularmente conhecida por “Bom Pastor”, tem sua origem em 1835 na cidade de Angers, na França, fundada por Santa Maria Eufrásia Pelletier, com o objetivo de trabalhar pela recuperação moral das mulheres marginalizadas, sobretudo aquelas que se desviaram dos padrões cristãos (CARIDADE, 1988, p. 98). Chega ao Brasil em 1889, através de articulações de algumas religiosas vindas do Convento do Bom Pastor do Chile (ARTUR, 2017, p. 141-142). De acordo com a pesquisadora Bruna Angotti (2011, p. 20-21), em que pese os debates acerca da instalação de presídios exclusivamente femininos passarem a ser pauta em solo nacional nas últimas décadas do século XIX, as primeiras tentativas de estabelecer presídios para mulheres ocorreram no início do século seguinte, com a criação

do “Patronato das Presas”, no ano de 1921. Ainda de acordo com Angotti, senhoras da sociedade carioca em conjunto com irmãs da Congregação do Bom Pastor, influenciadas pelas prisões femininas presentes em outros países latino-americanos, como Argentina e Uruguai, passaram a organizar o chamado “Patronato”. O grupo era presidido pela Condessa de Cândido Mendes, mulher do então presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, e tinha como lema “amparar, regenerando”. Um dos projetos de maior destaque do grupo foi o de centralizar em um único estabelecimento, de preferência agrícola, a tutela das mulheres condenadas dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Angotti descreve o relatório do Patronato, publicado no Diário Oficial em 1927, que defende a ideia alegando que o governo pouco gastaria com o referido estabelecimento prisional, uma vez que caberia às próprias presas produzir seus alimentos, roupas e outros itens de subsistência. Outro ponto positivo seria o pequeno número de mulheres condenadas e processadas, o que facilitaria o trabalho desenvolvido pelas religiosas encarregadas do estabelecimento. Esse projeto tardou em sair do papel, surgindo o primeiro estabelecimento prisional apenas na década de 1930, contando com diversas alterações com relação ao projeto original proposto na década de 1920 (ANGOTTI, 2011, p. 20-21).

Como mencionado, somente a partir da década de 1930 que efetivamente vamos encontrar presídios para mulheres, com exemplares no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Esses pioneiros estabelecimentos prisionais foram por muitas vezes adiados sob a justificativa do pequeno número de mulheres presas, fazendo com que aquelas mulheres vivessem em situações degradantes, frequentemente dividindo espaços com presos do sexo masculino, até mesmo nas mesmas celas, sendo submetidas a vários tipos de abusos. Datam de 1937 o Instituto Feminino de Readaptação Social no Rio Grande do Sul, de 1941 o Presídio de Mulheres de São Paulo e de 1942 a Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em Bangu. Algumas dessas instituições foram adaptadas em espaços já existentes, como no caso do Instituto de Readaptação Social do Rio Grande do Sul, bem como do Presídio de Mulheres de São Paulo. Já a Penitenciária de Mulheres de Bangu foi especialmente construída para tal finalidade (ANGOTTI, 2011, p. 193). Percebe-se, portanto, que existia um projeto nacional de ressocialização feminina, do qual a Colônia Penal Feminina do Recife veio fazer parte a partir da década de 1940.

A pesquisadora Charisma Santos, em sua monografia intitulada “Um Olhar Sobre a Colônia Penal Feminina do Recife: dinâmica e compreensão do perfil da mulher no cárcere” (2009), aduz informações sobre o percurso da Congregação do Bom Pastor até

o seu estabelecimento no Recife, através das informações contidas num quadro fornecido pela irmã Ester, do Instituto Bom Pastor:

Em 1865 o Padre Jesuíta Miguel Franco solicita à Madre Maria de Santa Eufrásia, fundadora da Congregação Nossa Sr^a da Caridade do Bom Pastor a instalação de uma casa no Recife. Em 1891 Dom Luís Raimundo da Silva Brito, arcebispo de Recife e Olinda, após contatos com a Superiora da congregação, Madre Maria de S. Francisco Xavier Novôa organiza a “Associação Divina Pastora” com a finalidade de organizar donativos para a fundação do Asilo Bom Pastor. Em 1913 houve a aquisição de um terreno no bairro do Espinheiro com o lançamento solene da pedra fundamental da edificação. Em 1915, com a morte de Dom Luís Raimundo, a “Associação Divina Pastora” foi dissolvida e a obra interrompida. Em 1922, Dom Miguel de Lima Valverde e a Madre Maria do Divino Coração d’ Ultra Vaz, provincial do Rio de Janeiro, acordam vender a construção iniciada no Espinheiro. A comissão organizada por dom Miguel foi presidida pelo Barão de Suassuna. Em 1923 Madre Maria Nazaré de Souza foi designada diretora da nova casa instalada no bairro da Madalena. Em 14 de maio de 1924 foi fundado o Asilo Bom Pastor. Em 21 de maio foi matriculada a 1^a aluna que recebeu o nome de Rosa Virgínia. Em 1943 por ocasião da construção da Av. Visconde de Albuquerque o Asilo perdeu parte de seus terrenos o que inviabilizou o pretendido atendimento às presidiárias, motivo pelo qual as mesmas foram transferidas para o prédio situado no engenho do Meio em 03 de novembro de 1945 (SANTOS, 2009, nota de rodapé 59).

A Congregação do Bom Pastor chegou à cidade do Recife, portanto, em maio de 1924 (ARTUR, 2017, p. 142-143), e em 1943 houve o entendimento com o então governador do estado, Agamenon Magalhães, para que as religiosas custodiassem as presidiárias. A Congregação havia adquirido um terreno no bairro do Engenho do Meio e o Estado ficou responsável pela construção das edificações. Em novembro de 1945 foi inaugurado o prédio situado a Rua do Bom Pastor no Engenho do Meio. Na ocasião, foram transferidas para as novas instalações 120 internas e 20 presidiárias, com o acompanhamento de 20 religiosas (SANTOS, 2009, p. 31).

A administração do estabelecimento penal especificamente feminino no estado de Pernambuco, portanto, recaiu nas mãos de uma instituição religiosa, com o suporte da Secretaria de Segurança, e, sendo assim, restou flagrante a discrepância entre os dois grupos que se colocaram frente a frente: de um lado, as freiras, que realizaram de livre e espontânea vontade a opção de viver nos preceitos religiosos; de outro, mulheres presas em razão de terem se desviado das leis e que necessitavam quitar suas dívidas com a sociedade. Sobre o Bom Pastor, discursa Angela Artur:

O Bom Pastor nasce sob a missão religiosa de lidar com mulheres infratoras, a Congregação se expande pelo mundo com essa missão. Sua reputação se constitui sobre o princípio de que seriam as religiosas a autoridade máxima e

o exemplo maior de retidão das virtudes femininas. Com a consolidação dessa reputação, cresce seu poder político de pressão e intervenção social para o estabelecimento, do qual são o exemplo maior. A existência de uma autoridade leiga, (...) começa a minar sua tradição, referência maior, começa a ir de encontro com seus interesses políticos de intervenção social e definição do papel feminino. (ARTUR, 2017, p. 166)

A tradição existente na entrega da administração de instituições penais femininas nas mãos das religiosas da Congregação, por parte dos governos, fazia acontecer uma verdadeira ciranda de interesses das instituições envolvidas, todas exercendo as suas relações de poder e atendendo aos seus interesses:

Nesse jogo de interesses entre as instituições (religiosa e estatal) as freiras jogavam com o poder da sede, da Igreja e da sociedade. A Congregação também tinha interesse monetário no trabalho para o Estado. Afinal, eram rendimentos mensais e anuais fixos, que permitiam o planejamento dos investimentos internos e a remuneração de seus quadros. Além disso, a lida com mulheres infratoras estava na essência de sua missão religiosa, que lhes garantiria reputação e prestígio social (ARTUR, 2017, p. 187).

Havia o entendimento de que as religiosas do Bom Pastor eram, de fato, as pessoas mais indicadas para lidar com as mulheres presas, não apenas pela tradição e pela bagagem de experiências mundo afora que a Congregação carregava, mas também pela imagem de que as freiras serviriam como o exemplo para aproximar aquelas mulheres em dívida com a sociedade do ideal social e comportamental do “anjo do lar” (CESAR, 2022, p. 192). Conforme se pode acompanhar da leitura da dissertação de Caridade, as relações de poder existentes entre as religiosas e as detentas eram permeadas de regras, “pequenas normas internas, da vigilância ininterrupta, do horário rígido, das proibições diversas, dos anúncios de castigos etc.” (CARIDADE, 1988, p. 30). A instituição estava inserida em um projeto moral e político maior, que também existia para os homens, embora o trabalho de ressocialização para os homens fosse voltado para a rua, para a convivência dos homens no exterior das grades, enquanto o das mulheres era voltado para o lar. Esse projeto político do Estado utilizava as freiras como instrumento para viabilizá-lo no caso das mulheres presas, enquanto o Estado de forma individual ficava com a atribuição caso dos homens, mas ambos estavam envolvidos na mesma questão de um projeto político que visava reabilitação e docilização para que homens e mulheres voltassem ao mercado de trabalho e convivência em sociedade.

Nesse diapasão, a relação entre as religiosas e as detentas não parecia ser de todo tão harmônica, conforme relata Caridade:

A continuidade da direção da CPF em Pernambuco pelas religiosas está sendo justificada pelo fato de ter sido a penitenciária construída desde 1946, no terreno de propriedade da Congregação. O adiamento da solução deste problema revela uma certa cumplicidade entre Estado e a Congregação. Existe uma recíproca satisfação. Os técnicos e funcionários consideram a CPF uma prisão muito especial porque as mulheres não apanham, não passam o dia presas na cela, não tem havido motins, rebeliões ou violência física como noutras prisões. No entanto, as mulheres presas expressam um desejo claro: que a penitenciária seja retirada do domínio das religiosas. (CARIDADE, 1988, p. 101)

Ainda segundo Caridade (1988), as religiosas persistiam na direção da Colônia pelo fato de a penitenciária ter sido construída no terreno de propriedade da Congregação, o que dificultava, naquele momento, a dissociação com o Estado. Uma leitura ingênua das reportagens publicadas no Diário Oficial de Pernambuco na época poderia levar a acreditar que a Colônia Penal Feminina se tratava de um espaço "quase ideal", contudo essa percepção não correspondia à avaliação das próprias detentas, conforme aponta Caridade (1988), ao relatar que as mulheres presas expressavam claramente seu desejo de que a penitenciária fosse retirada do domínio das religiosas.

Devemos ter o cuidado de não definir a relação entre as presas e as religiosas como algo permanentemente ruim, ou considerar que não existiram momentos de convivência harmoniosa entre ambas, uma vez que nas fontes pesquisadas encontramos relatos de que algumas presas mantinham uma relação de empatia e cooperação com as religiosas. Como exemplo, Caridade (1988) aponta que algumas das mulheres presas atuavam como informantes para as irmãs do Bom Pastor, sendo chamadas de "caboetas" pelas presas em geral (p. 14). Caridade também incluiu em sua pesquisa o depoimento de uma presa com várias entradas na CPFR, que dizia que "as outras diretoras conversavam com a gente, aconselhava. Essa só chama a gente de bando de mulé ruim. Pra ela só tem as caboeta. Mas aqui já teve irmã muito boa, eu conheço isso desde a Madre ... que era uma santa" (CARIDADE, 1988, p. 122). Ao passo que aquelas mulheres tidas como "caboetas" recebiam valorização e melhor tratamento por parte das religiosas, suas relações com as demais presas eram revestidas de desconfiança, de modo a enfraquecer a coesão grupal entre as presas (CARIDADE, 1988, p. 16).

A insatisfação por parte das religiosas em continuar exercendo a função de carcereiras também era manifestada, a exemplo do documento intitulado "O Nosso Apostolado nas Prisões", redigido durante o Encontro de Superiores Provinciais da América Latina em 04 de fevereiro de 1984, na cidade de Bogotá (CARIDADE, 1988,

anexo 1), no qual as Irmãs da Congregação exprimem o seu ideal de atuação na missão religiosa e assistencial, e não de práticas punitivas:

Como consequência destas situações, em muitos casos, temo-nos visto obrigadas por alguns governos, a receber prisioneiras políticas em número considerável, nas prisões dirigidas por nossas Irmãs (...). Ao considerar de maneira concreta o nosso trabalho nas prisões, encontramos alguns aspectos que nos questionam profundamente:

- Ao assumir a direção das prisões vemo-nos obrigadas a aceitar as condições que o governo impõe, mesmo que estas sejam muitas vezes injustas, contrárias à moral e aos princípios cristãos e violadoras dos direitos humanos. Isto limita a nossa liberdade de ação e frustra as Irmãs que realizam estas funções.
- Nas grandes Instituições, é necessário estabelecer estruturas rígidas que muitas vezes, em situações concretas, se antepõem ao bem e aos direitos da pessoa.
- Os sistemas disciplinares trazem consigo a aplicação de sanções que na maioria dos casos são odiosas, levando-nos a parecer, perante as prisioneiras, pessoas duras e injustas, nascendo daí uma contradição entre o nosso SER de religiosas do Bom Pastor e o nosso FAZER, como funcionárias do governo (O Nosso Apostolado nas Prisões. *In*: CARIDADE, 1988, anexo 1, p. 2 e 3).

É bem verdade que essa insatisfação parte da movimentação de abertura política ocorrida na época, onde a nova conjuntura política e social não mais acolhia o modelo de administração exercido pelas religiosas. E foi assim que, por vários lugares do mundo, iniciou-se o processo de entrega das administrações de diversos presídios e penitenciárias ao Estado, o que veio acontecer de fato no Recife apenas no início da década de 1990, quando as freiras deixaram em definitivo a direção da CPFR.

2.2 RELAÇÕES DE PODER

Em suas obras, em especial “Vigiar e Punir”, Foucault procura abordar as possíveis instâncias do poder, que se revela multifacetado. Ao longo de seus trabalhos, foram propostas diversas perspectivas para problematizar a questão do poder nas relações sociais, constituindo visões teóricas para se pensar a sociedade. Conforme explicação de Lynch:

As análises de Foucault do poder estão simultaneamente articuladas em dois níveis, o empírico e o teórico. O primeiro nível é constituído por um exame detalhado de modos historicamente específicos de poder e como estes modos emergiram a partir de formas anteriores. Assim, ele identifica as formas modernas de poder, tais como modos estreitamente relacionados que ele

denominou “poder disciplinar” e “biopoder”, e formas anteriores, pré-modernas, tais como “poder soberano”. (LYNCH, 2018, p. 23)

O ponto de partida para analisar o desenvolvimento do poder reside na observação das relações entre os indivíduos, suas “escolhas, comportamentos e interações específicos, locais e individuais” (LYNCH, 2018, p. 35). O indivíduo, portanto, se revela o epicentro dos abalos sísmicos que levarão aos acontecimentos sociais. Centralizando o sujeito, os fatores que o cercam tendem a se combinar, influenciando e interagindo, de forma a produzir as relações sociais de maior magnitude, tornando a percepção de poder mais palpável. Como leciona Lynch:

O movimento da análise de Foucault aqui é do nível micro para o macro, do molecular para o cotidiano – de (1) relações de força específicas, individuais, passando por (2) seus processos de transformação e (3) pelas redes ou sistemas que a sua interação produz, até (4) as suas manifestações maiores, estratégicas, no Estado, na lei e em outras hegemônias, tais como a propriedade dos meios de produção. (LYNCH, 2018, p. 40)

Foucault nos apresenta um conceito de poder mais desenvolvido, desprendido de uma perspectiva vertical ou horizontal, e sim que parte de diversos pontos. O poder não estaria, portanto, necessariamente em uma classe social, sendo proveniente da relação entre os sujeitos. Para identificar o poder é essencial compreender as relações existentes. O poder está em todo lugar, por toda parte, porque reside nas relações, bem como surge dessas mesmas relações:

Ele observou que, na realidade, o poder surge em todos os tipos de relacionamentos, e pode ser construído a partir da base de uma pirâmide (ou de qualquer estrutura). Portanto, um histórico acadêmico, que é o registro dos cursos e do desempenho de um aluno, torna-se um instrumento de poder (...), mas começa de uma observação na base da pirâmide, não de um édito do topo. (...) O histórico acadêmico é um instrumento de poder disciplinar: serve para fazer um aluno regular ou disciplinar o seu próprio desempenho e comportamento (LYNCH, 2018, p. 24).

Os ensinamentos de Foucault são importantes para nos permitir perceber o poder enquanto experiência que se dá na relação entre os sujeitos. Nesse sentido, “a Teoria do Poder de Foucault sugere que o poder seja onipresente, isto é, o poder pode ser encontrado em todas as interações sociais” (LYNCH, 2018, p. 26). Entretanto, o poder, não sendo somente institucional, partindo das relações entre os indivíduos, também é transformador, no sentido de que o sujeito pode oferecer resistência. E, se há possibilidade de se

contrapor ao poder, de fazer manifestações, expõe-se uma fragilidade, logo, o poder não é onipotente nem onisciente. Segundo Souza, “o poder é, para Foucault, uma força criadora, ou seja, capaz de criar relações entre grupos sociais, dando consistência a um material até então amorfo, e estruturando, a partir dele, uma capacidade discursiva” (SOUZA, 2014, p. 104). Sobre a afirmação de Foucault, de que o poder não é senão um tipo particular de relações entre indivíduos, Souza explica que “mais que isto, o poder é uma rede de relações (...)” (SOUZA, 2014, p. 105). As pessoas estão sujeitas a uma série de relações de poder em sua vivência, uma se articulando às outras, exercendo e recebendo influências.

Analisando uma perspectiva macro, com o olhar direcionado às instituições e ao Estado, entende-se por estratégia aquilo que é executado na intenção de realizar a manutenção do poder. É realizado um discurso voltado a garantir que o poder exercido por aquela instituição ou até mesmo pelo Estado seja mantido. O poder, enquanto forma de oprimir, enseja a possibilidade de resistência por parte do sujeito, ao se perceber oprimido. Contudo, aí se insere o papel dos discursos perpetuados pela instituição e suas estratégias com objetivo de manter o poder: o sujeito pode até perceber a opressão sobre ele, mas as estratégias desenvolvidas são tão eficazes que dificultam a reação de resistência. Como explica Lynch, “o poder está sempre acompanhado pela resistência; a resistência é, de fato, uma característica estrutural fundamental do poder (...). Sem resistência, sem dois corpos (ou mentes) empurrando ou puxando um contra o outro, não há relação de poder” (LYNCH, 2018, p. 38).

Nesse ponto, nos aproximamos da relação de poder exercida pelas instituições religiosas, em particular. Faz parte do desenvolvimento de qualquer sociedade a criação de aparatos de comunicação que permitam que a mesma se forme uma sociedade reprodutora de ideias. Nesse sentido, toda e qualquer instituição não está sozinha, existe junto a ela uma sociedade que a chancela, existindo uma comunicação direcionada para que aquela sociedade se veja representada naquele discurso propagado. A Igreja, ao longo da História, traz o discurso voltado ao bem-estar do sujeito e sua aproximação com Deus. Desenvolveram-se, por parte da instituição, estratégias e discursos para promover a dominação do sujeito. Entretanto, não basta a prática do discurso, deve haver no mesmo um sentido de verdade, respaldo e credibilidade. Essa relação de opressão restaria potencializada com a combinação de um poder exercido por uma instituição religiosa associado ao poder estatal, uma vez que num estabelecimento prisional dirigido por uma

congregação religiosa, tal qual a CPFR antes da década de 1990, as mulheres ali recolhidas estariam sujeitas a essa duplicidade de relação de poder. Como leciona Karpowicz:

Estas instituições prisionais administradas pela Congregação Bom Pastor d'Angers ao longo de todo século XIX e XX buscaram a docilidades dos corpos destas mulheres através de uma rígida disciplina, imposta por regulamentos com horários e tarefas bem definidas. Este poder disciplinar, segundo Foucault, buscou a constante vigilância e o controle dos corpos de forma a fazerem-se corpos dóceis a partir de múltiplas facetas, técnicas e procedimentos específicos de poder. (KARPOWICZ, 2016, p. 12)

O poder pastoral, ao longo do tempo, não acabou, apenas sofreu uma reinvenção e uma transformação. Ao mesmo tempo em que o poder constrói as relações, ele também cria imagens, representações e identidades do poder. Os discursos de poder que são direcionados sobre os corpos acabam por construir imagens sobre as pessoas, com a finalidade de controlar os corpos e torna-los dóceis. E essa influência, continuamente exercida ao longo de vários anos em um ambiente, não desaparece instantaneamente, apenas pela mudança de uma condição de direção. Como enfatiza Angela Artur:

O programa de instrução moral e religiosa do Bom Pastor foi, portanto, orientado a partir de técnicas que manejavam simultaneamente um modelo a ser seguido, disciplina, silêncio, isolamento, vigilância e um sistema de recompensas. Essas técnicas se baseavam todas em relações de afeto como formas de promover uma certa reforma moral dessas mulheres, cujas almas eram consideradas perdidas diante de Deus. Tal programa de reforma promovia a padronização da mulher ideal cujo modelo inicial eram as próprias irmãs do Bom Pastor. Com isso, a imposição de um estilo de vida regular e obediente, tal qual a sujeição a uma rigorosa disciplina diária eram impostas para fortalecer e tornar mais eficaz a gestão da almas a serem 'recuperadas para Deus'. Gestão, cuja eficiência não se limitava à doutrinação religiosa, mas, sobretudo, garantia o sucesso do programa de reforma moral desenvolvido no Bom Pastor. (ARTUR, 2017, p. 121)

As relações existentes transcendem do corpo da pessoa enquanto indivíduo para o corpo da sociedade, enquanto família e comunidade, pois aquele sujeito representa um sentido maior na sociedade. Uma coisa é o discurso do sujeito individualmente, outra coisa é o discurso institucional que é validado pela sociedade, ganhando sentido de verdade. Aos olhos do cristianismo, é punível algo que fuja da imagem de José, Maria e Jesus, enquanto família. É nesse sentido que Foucault explica sobre a docilização dos corpos, demonstrando como os discursos servem para a finalidade de tornar os corpos dóceis pelas instituições. Interessante pontuar a reflexão de Caridade:

A partir de uma visão cultural, histórica, social e institucional da repressão da sexualidade humana, é fácil constatar a eleição do sexo feminino nessa trajetória para o exercício da submissão ao modelo patriarcal de dominação. Os modelos de dominação patriarcal e religiosa somam-se, na tarefa de garantir o ideal para a sexualidade feminina, como sendo a reprodução e a maternidade, numa aliança milenar entre o "natural" e o "sagrado" da função mãe. Por isso, a sociedade apropria-se do corpo feminino para a procriação. O Estado também se apropria do corpo e da sexualidade para controlá-la, puni-la e torná-la submissa. Os esquemas de controle e vigilância são corroborados pelas concepções do sistema religioso, para garantia desse projeto modelador, na sociedade mas especialmente na CPF. (CARIDADE, 1988, p. 34-35)

Os discursos reproduzidos pelas instituições para a sociedade acabam por construir e normalizar as experiências e vivências, ensejando uma relação de dominação. Caso o sujeito compreenda que está sendo dominado, abre-se a possibilidade de ele se rebelar. Todavia, esse ato de se rebelar poderá ser contido por ações e discursos opressores. Um exemplo são os casos relatados por Caridade, quando lamenta que dentro da CPFR as internas que apresentavam oposição ao sistema eram removidas para o Manicômio Judiciário: “(...) os castigos mais severos tomam um ar de naturalidade e terminam por gerar condições diagnósticas capazes de promover o escoamento das pessoas incômodas para o Manicômio Judiciário” (CARIDADE, 1988, p. 138). Tal prática não acontecia apenas com aquelas que apresentavam problema de comportamento. Na oportunidade em que aborda as contribuições das mulheres recolhidas na CPFR à sua pesquisa, discursou Caridade:

Foram de grande importância as contribuições dadas por algumas de melhor nível intelectual e dotadas de senso crítico que perceberam a CPF como uma instituição autocrática e desumana. A maioria das mulheres queixou-se muito da direção e da vida na CPF, referindo-se à contradição que encontraram entre a freira, sua mensagem religiosa, e a forma injusta e parcial de lidar com a comunidade. As mais críticas sofreram pressões e lamentavelmente duas das melhores informantes desta pesquisa foram removidas para o Manicômio Judiciário. (CARIDADE, 1988, p. 17)

As mulheres que escolheram o caminho de servir a uma congregação religiosa e foram normatizadas pelo discurso da Igreja Católica vivenciaram alguma experiência de poder, uma perspectiva de liberdade, o caminhar lado a lado a uma instituição de poder como é uma instituição religiosa, se aproximando, assim, da liberdade, por mais liberdade suprimida que tivessem, ao estarem submetidas a tantos regramentos de conduta. As religiosas, na direção da instituição penitenciária, propagam sua cultura e instituem regramentos próprios, como se pode observar em diversas passagens do trabalho de Caridade, como o que segue:

As ações cotidianas na CPF se desenrolam entre o proibido e o obrigatório, cerceando sempre mais a liberdade das detentas. Certas proibições definem os limites das manifestações da sexualidade, tais como: proibição de roupas curtas e decotadas, permanência de duas mulheres juntas por muito tempo, conversa nas celas, circulação de revistas e jornais. Em contrapartida, a assistência a missa dominical é obrigatória, do mesmo modo que as orações antes das refeições e, até bem pouco tempo, a reza do terço (CARIDADE, 1988, p. 181-182).

No cotidiano das mulheres recolhidas havia, portanto, a inserção de diversas atividades religiosas, propagadas pelas freiras como parte da rotina na penitenciária. Aquelas detentas que aceitavam participar da catequização, dos trabalhos disponíveis e dos cursos eram consideradas diferenciadas, uma vez que a elas eram possibilitados privilégios que as demais não experimentavam:

a delação, que lá recebe o nome de caboetagem, constitui-se num poderoso meio de controle da conduta das mulheres. Além de ser acatada, a caboetagem é também valorizada pela direção, enquanto fonte de informação sobre o que pensam e desejam as mulheres (CARIDADE, 1988, p. 14).

Nessa relação de poder desenvolvida entre as próprias detentas, a manutenção do privilégio conseguido junto à direção é superior ao desejo de transformar e melhorar a comunidade formada pelas mulheres recolhidas. Em um sistema de liberdade suprimida, experimentar uma concepção de sua própria liberdade ainda era possível. Consideravam, portanto, mais importante estar incluída entre os detentores do poder e contribuir com a exclusão de outra pessoa a lutar contra a exclusão de todas, em conjunto. Segundo Lynch, “uma das questões fundamentais para a ação ética tem a ver com a capacidade de o indivíduo tomar decisões que não sejam “meramente” determinadas pelas relações de poder nas quais emergem – em outras palavras, uma questão de liberdade” (LYNCH, 2018, p. 37). Outrossim, existe o fascínio pela possibilidade de poder, de modo que ninguém quer estar no papel do oprimido.

Foucault também discutiu intensamente o panoptismo proposto por Jeremy Benthan¹². Nas palavras de Foucault, o panóptico “deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens” (FOUCAULT, 2014, p. 198). Para atingir seu objetivo,

¹² Pensador inglês nascido em 1748 que propôs o panóptico como um modelo de cárcere (PERROT, 2008, p. 127 – 172).

o panóptico não depende da vigilância concreta, mas da certeza de que ela está presente continuamente:

(...) daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente. (FOUCAULT, 2014, p. 195)

A análise das imagens nos permite alcançar como o uso de iconografia cristã servia com o propósito de enfatizar o discurso promovido pelas religiosas no sentido de busca da recuperação moral das mulheres recolhidas ao estabelecimento prisional. Como nos ensina Licari, “São João Damasceno, o maior apologista dos ícones, no seu primeiro discurso em defesa das imagens sagradas, afirmou que os ícones são um meio para santificar a vista assim como a Palavra o é para o ouvido” (LICARI, 2014, p. 7). O poder que emana de uma imagem, portanto, pode auxiliar no enfoque de um discurso proposto com o objetivo de manutenção do poder: “as imagens visuais, como documentos/ monumentos, permitem-nos conhecer, por ângulos pouco habituais, a urdidura das relações sociais” (MAUAD, 2016, p. 37). O discurso das religiosas, com vistas a promover a restauração das almas daquelas mulheres que se desviaram do caminho da lei e de Deus, de alguma forma se completava com a ambientação local se utilizando de diversos ícones religiosos, “um símbolo eficaz que se coloca como fronteira entre o visível e o invisível” (LICARI, 2014, p. 7).

A iconografia cristã presente na CPFR projeta a fé meditada pelas religiosas, contribui na ambientação da mensagem que se deseja transmitir, realiza o trânsito entre o visível e o invisível. O objetivo comum de contemplação das imagens religiosas em diversos espaços se reveste de um viés diferenciado quando se trata de uma instituição voltada à ressocialização de mulheres. Cada símbolo carrega um significado e um propósito distinto no discurso produzido pela instituição com fins de manutenção de poder. A iconografia cristã se desenvolveu ao longo do tempo com a finalidade de transmitir uma mensagem. Essa mensagem, invisível, se apresenta ao indivíduo através

do visível da imagem, que passou por diversas transformações e carregou variados contextos com o passar do tempo.

O visível e o invisível, portanto, estão continuamente enlaçados nas representações artísticas de cunho religioso, trazendo força à mensagem que a religião pretende transmitir, se revelando em mais um recurso, além das palavras escrita e dita, para consolidação do discurso voltado à reabilitação das almas e elevação dos espíritos. Quanto maior a emoção transmitida através da imagem, mais eficiente se torna a mensagem disseminada. É como o exemplo citado por Caridade, quando uma das mulheres recolhidas à CPFR diz que “a gente não senta na casinha dele, pra não soltar palavrão junto dele” (CARIDADE, 1988, p. 177), se referindo à imagem de Jesus Cristo que ficava localizada numa casinha no meio do pátio de convivência da instituição penal. Verifica-se, desta maneira, a eficiência que a presença de imagens cristãs espalhadas pelo espaço físico da instituição adquire, sendo parte do projeto de reabilitação proposto pelas religiosas e pelo Estado, ao escolher uma instituição religiosa para exercer a tarefa de custodiar as mulheres presas.

2.3 ADMINISTRAÇÃO NA COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE

A condição da mulher já vem, historicamente, permeada pela ideia de servidão e submissão, servindo de argamassa social¹³. Tendo como enfoque a mulher recolhida à CPFR no recorte temporal deste estudo, encontra-se na leitura do trabalho de Caridade diversos relatos de como se operava a opressão daquelas mulheres. É possível encontrar, inclusive, queixas sobre o tratamento dispensado às detentas por parte da direção religiosa: “a maioria das mulheres queixou-se muito da direção e da vida na CPF, referindo-se à contradição que encontraram entre a freira, sua mensagem religiosa, e a forma injusta e parcial de lidar com a comunidade” (CARIDADE, 1988, p. 17). A opressão percebida por elas se mostra nos relatos sobre o tratamento que recebem: “na CPF as mulheres referem-se às expressões da diretora do tipo: ‘Entrou aqui fica debaixo dos meus pés’, ou, ‘Preso não tem vontade’” (CARIDADE, 1988, p. 31). A visão por

¹³ De acordo com MÉSZÁROS (2011, p. 308-310), o sermão de H. G. Wells proclama a mulher como argamassa social, tendo o destino geral de ser espremida entre pedras e tijolos a fim de possibilitar a construção das paredes da sociedade, permanecendo ignorada e esquecida a não ser que surja alguma emergência, quando a atenção se concentraria na argamassa somente enquanto durar a emergência.

parte da direção e dos funcionários com relação às detentas também foi relatada por Caridade:

As entrevistas com os técnicos tiveram um discurso menos compreensivo, mais institucionalizado, mais avaliativo e mais profissionalizado acerca das detentas. A maioria deles considera a CPF como uma prisão privilegiada, pois as mulheres não ficam trancadas nas celas nem são espancadas; e dizem: "Isto nem parece uma prisão." A diretora expressou uma percepção muito negativa a respeito das detentas, chegando a dizer: "Elas são tão ruins, tão vadias, que não dão pra nada." Seu discurso foi autoritário, avaliativo e muito pouco tolerante. (CARIDADE, 1988, p. 19)

O cárcere se apresenta como um lugar de reabilitação das almas, de penitência dos pecados anteriormente cometidos contra a sociedade, logo, possui um ideal de comportamento e submissão aplicado às mulheres recolhidas. Aquela que se distancia desse ideal projetado pelas autoridades é penalizada ou até mesmo silenciada, através da remoção a outro estabelecimento. Entretanto, sendo a CPFR o único estabelecimento prisional feminino no estado naquela época, o outro lugar que também recebia mulheres presas era o atual Centro de Saúde Penitenciário¹⁴, antigo Manicômio Judiciário, que não se tratava apenas de um hospital psiquiátrico e sim um espaço para receber criminosos ou pessoas que teriam apresentado problemas psiquiátricos durante a prisão. Dessa forma, as mulheres enviadas para recolhimento no Manicômio Judiciário eram tidas como loucas ou problemáticas, reforçando uma estratégia de silenciamento com vistas à manutenção do poder:

A CPF afirma-se na medida em que as mulheres são passivas e submissas. Sua força está na fraqueza das detentas, reproduzindo-se aí a dialética do Senhor e do Escravo, onde o despontar da consciência de si do Escravo ameaça constantemente o poder do Senhor. O poder do Senhor é inquestionado enquanto a consciência se mantém escrava. Isto explica porque as manifestações da consciência crítica na CPF são patologizadas e podem justificar a remoção de alguém para o Manicômio Judiciário (CARIDADE, 1988, p. 43-44).

Parecia ser mais fácil classificar um corpo feminino criminoso como louco, do que apenas criminoso, como se o estigma do criminoso fosse algo exclusivo ao gênero masculino, sendo a loucura mais factível de ser explicada em uma mulher, do que um crime (WIT, 2021, p. 203). Segundo a análise de Carolina de Wit (2021, p. 202-203), ao estudar a prisão feminina em Santa Catarina, as mulheres presas eram frequentemente rotuladas como loucas:

Mesmo quando enviadas para instituições prisionais, as criminosas eram enquadradas nos discursos psiquiátricos: loucas, histéricas, epiléticas, movidas

¹⁴ O atual Centro de Saúde Penitenciário, antigo Manicômio Judiciário, já foi chamado de Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP e tem sede na Ilha de Itamaracá/PE.

pelos sentimentos e instáveis emocionalmente. Categorias acionadas através do senso comum e repetidas no cotidiano prisional por aqueles que preenchiam os prontuários das detentas (WIT, 2021, 202-203).

O controle dos corpos por parte das instituições com a finalidade de manutenção do poder se revela em diversas instâncias da rotina na CPFR no recorte temporal em estudo. A administração realizada por uma instituição religiosa acaba por exercer influências na rotina do estabelecimento prisional como uma forma de procurar a reabilitação daquelas almas. Nos ensinamentos de Foucault, vemos que faz parte do processo de docilização de corpos o trabalho sobre a alma das pessoas recolhidas: “deve ser feito com tanta frequência quanto possível um trabalho sobre a alma do detento. A prisão, aparelho administrativo, será ao mesmo tempo uma máquina para modificar os espíritos” (FOUCAULT, 2014, p. 124). Nesse sentido, as mulheres na CPFR eram submetidas a uma rotina contendo atividades de cunho religioso:

Duas ou três vezes por semana, há uma reza do terço que é obrigatória e que desencadeia o sentimento de revolta na maioria. Ocasionalmente, na hora do terço, a diretora faz uma reunião que quase sempre versa sobre as imperfeições das tarefas. É sempre um discurso repreensivo, repressivo e humilhante. O toque da campainha que as convoca para estas reuniões desperta um sentimento de mal-estar geral e dúvida coletiva. Tudo é obscuro para confundir, para manter e reforçar o estado de medo, "numa espécie de caminhar simbólico para o patíbulo", segundo expressão de uma delas. (CARIDADE, 1988, p. 127)

Enquanto instituição religiosa, o Bom Pastor tinha por meta a reabilitação humana daquelas mulheres, preparando-as para retornar ao convívio social. Essa era a imagem transmitida e validada pela sociedade, que considera legítima a causa de recuperar as almas desviadas resgatando-as para Deus. A fim de atingir tais objetivos, opressões eram realizadas em nome da reabilitação, contendo e moldando aquelas mulheres, “de forma suave e legítima a instituição oprime as mulheres que pensa reabilitar. E por ser legítimo e suave, o processo transcorre aos olhos da sociedade como se fosse ‘natural’, como se não fosse repressivo” (CARIDADE, 1988, p. 142). Um exemplo da repressão sofrida pelas mulheres encarceradas na CPFR na década de 1980 é a ausência de autorização para receber visitas íntimas:

Desde 1971 as penitenciárias masculinas do estado de Pernambuco conseguiram condições ambientais para a realização das "visitas íntimas". A Colônia Penal Feminina (CPF), única penitenciária feminina do Estado, continua até hoje sem oferecer as devidas condições para que as detentas recebam as "visitas íntimas" a que têm igual direito. Uma tal discriminação parece corroborar a concepção de que a sexualidade da mulher é menos

exigente, e atende basicamente aos interesses procriativos. A abertura de espaço nas penitenciárias femininas do Brasil, para a realização dessas "visitas" tem sido muito lenta. (CARIDADE, 1988, p. 10-11)

A tentativa de repressão praticada na CPFR se revela vazia diante da ineficácia na proposta de ressocialização e da rebeldia experimentada por muitas das presas que possuíam consciência do projeto de dominação ao qual estavam expostas, mas que muitas vezes se permitiam “dançar conforme a música” como estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, a obra "A Dominação e a Arte da Resistência", do cientista político James C. Scott, publicada em sua primeira edição nos Estados Unidos em 1990, demonstra como as camadas mais oprimidas de uma sociedade, embora cotidianamente sujeitas a explorações e usurpações, procuram não demonstrar uma revolta aberta e declarada contra os seus opressores. Tal fato não significa a ausência de resistência, mas se revela como uma forma de sobrevivência. A aparente passividade ocultaria, na verdade, uma resistência que revelaria na forma de insurgências e contestações. Por discurso público, entende-se aquele que é projetado para a sociedade como um todo, aparentando muitas vezes resignação e obediência às regras. Um tratamento reverencial a uma autoridade pode, por exemplo, significar um desejo sincero de honra à autoridade, mas é possível que seja apenas um gesto vazio com o intuito de resguardar sua segurança e proteger sua condição. Já por discurso oculto, podemos entender como aquele que é praticado entre a camada mais oprimida de uma sociedade, que possui consciência da sua condição e que manifesta entre os seus a sua insatisfação. É assumido nas relações cotidianas e conflituosas, encontrando-se "fora do raio de audição dos detentores de poder" (SCOTT, 2013, p. 57). Ainda segundo Scott, o discurso oculto constitui o lugar de onde seria desenvolvida a linguagem dissidente e subversiva, linguagem esta que só se manifestaria sob condições de suficiente segurança.

Para aquelas mulheres, o período de recolhimento ao cárcere certamente consistiu em experiências marcantes, ante a submissão de seus corpos voltada ao funcionamento do projeto de instituição traçado com o objetivo de exercer o controle sobre elas. Suas experiências de isolamento, repressão das vontades, privacidade vigiada, rotina de atividades imposta, obrigatoriedade de cumprimento das ordens e participação obrigatória nas atividades religiosas, tais como orações, missas e terço, independentemente da opção religiosa de cada uma, tudo isso procurava servir a um projeto de controle que lhes foi imposto, sem sucesso. Aquelas mulheres encontravam formas de resistir e reagir,

mantendo suas próprias identidades e contestando, na medida de suas possibilidades, as imposições.

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

O produto elaborado se refere a um almanaque. Os almanaques podem ser pequenas ou grandes brochuras trazendo escritos populares de tempo secular que são publicados desde o século XV, na Europa, produzidos e difundidos mundialmente (MARTELETO, 2019, p. 354). Constituem, portanto, um gênero literário com viés editorial bastante utilizado para publicar textos de diversas naturezas. A palavra “Almanaque” é originada do árabe *al manākh* e por muitos anos esse formato foi um tipo de leitura bastante difundida, constituindo um documento de informação popular que agregou diversas características, a depender do seu local de criação e circulação, dada sua fácil aceitação e circulação entre as mais diferentes camadas sociais, sendo considerado uma versão mais completa dos anuários e calendários, conservando uma relação especial com a passagem do tempo.

No Brasil, alguns nomes de Almanques são famosos, como Almanaque Abril e Almanaque Fontoura. Este último trazia dicas de saúde, conhecimentos gerais e divertimentos, como jogos de erros e adivinhações, sendo encontrado na casa de todas as famílias e por vezes eram a única fonte de informação (MALERBA, 2022, p. 8). O caráter lúdico e de múltiplas informações de um almanaque foi bem referenciado pelo historiador Jurandir Malerba quando o autor relaciona o modelo literário com os recursos da atualidade que mais se aproximam do mesmo:

Os almanaques adquiriram outras feições e funções nas sociedades ocidentais à época da indústria cultural de consumo. (...) As velhas “agendas” impressas (que hoje foram parar no celular) cumpriam a função de verdadeiros almanaques pessoais, onde, além de organizar o tempo, marcar os compromissos, as pessoas registravam como viveram acontecimentos marcantes (“Onde você estava no dia do 7 × 1 entre Brasil e Alemanha?”), inscreviam pensamentos, sentimentos, impressões, alguma poesia bissexta, clipavam fotografias e guardanapos de papel anotados, junto com a flor seca e o papel de embrulho do bombom que ganharam do crush (que então se chamava “paquera”). Hoje, as redes sociais funcionam, de alguma maneira, como almanaques pessoais e ainda interativos à medida que amigos vão comentando nossas postagens e acrescentando a elas links com arquivos de texto, imagem, áudio e vídeo (MALERBA, 2022, p. 10).

Foi justamente essa relação da passagem de tempo contada pelos antigos almanaques o viés aproveitado pelo produto desta pesquisa. Além disso, atraiu-nos a possibilidade de desenvolver algo com um formato diferente, mais lúdico, de modo a proporcionar uma leitura mais leve para um tema não tão leve assim, possibilitando um alcance maior entre o público estudioso do tema, bem como àqueles interessados na história das prisões.

O almanaque se propõe, portanto, a ser um produto que sistematiza a bibliografia sobre o tema das prisões, onde os trabalhos já produzidos sobre o tema, com o acréscimo das notícias e reportagens veiculadas na imprensa oficial e periódica, nos possibilitam o estudo da história das prisões e das práticas institucionais da CPFR.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O almanaque conta com 73 páginas, diagramado principalmente nas cores cinza, preto, verde e rosa. Cada cor escolhida carrega um significado que se aproxima da temática tratada. As cores cinza e preto foram utilizadas como uma forma de representar o tempo sombrio que é o cárcere na vida das mulheres presas. A cor verde busca refletir a esperança da liberdade e de um futuro melhor que aquelas mulheres possuíam enquanto recolhidas ao estabelecimento prisional. Da mesma forma, a cor rosa procura agregar leveza e suavizar o visual do produto, uma vez que se trata da cor complementar ao verde utilizado no almanaque, encontrando-se em posição oposta no círculo cromático ao tom de verde utilizado. No design gráfico do almanaque também utilizamos elementos como setas, que indicam o caminhar, a evolução pessoal, além de indicar que na vida devemos seguir em frente.

Muitos elementos do almanaque buscam dinamizar a leitura e trazer informações de forma mais lúdica, como por exemplo a indicação de documentários visuais dentro da imagem de uma televisão. A imagem na capa é constituída de elementos bem conhecidos, cada um com um significado. Temos o símbolo da deusa romana Vênus (deusa do amor) que é frequentemente usado para representar o sexo feminino, cuja parte inferior, a cruz, foi utilizada para representar a cruz de uma igreja, remetendo a ideia de um convento, quando justaposta à cruz foi posicionada a imagem de uma casa. No interior da imagem

que representa o convento foi colocada a imagem de uma grade, sinalizando as grades das prisões, conforme ilustrado a seguir:

Figura 1: símbolos de Vênus, casa, grade e os mesmos símbolos em conjunto, formando a imagem da capa.



Fonte: a autora (2023)

Na capa também encontramos, ao fundo, a imagem do esboço do primeiro regulamento da Colônia Penal de Mulheres Delinquentes - Bom Pastor, do ano de 1946, escrito à mão pela Madre Breves, primeira diretora do estabelecimento, conforme imagens contidas no acervo da APEJE.

Para o interior do almanaque, elaboramos uma ilustração temática contendo diversas silhuetas femininas, sob a sombra de uma grade, representando a prisão. As mesmas silhuetas foram utilizadas em diversos momentos do almanaque, sob a citação da fala de alguma das mulheres presas, falas essas colhidas da obra de Caridade (1988), quando a mesma realizou entrevista com algumas das mulheres recolhidas na CPFR entre os anos de 1986 e 1988, bem como de publicações em jornais e no diário oficial da época. As falas das presas foram destacadas no trabalho como uma maneira de privilegiar as mulheres recolhidas, dando ouvidos aos seus sentimentos e suas percepções sobre o cárcere. A utilização das citações das falas das mulheres presas no trabalho de Caridade se deve à impossibilidade de acesso às entrevistas que a pesquisadora realizou, uma vez que não estão anexadas ao trabalho transcrições das mesmas.

Figura 2: ilustração base para o almanaque, contendo diversas silhuetas femininas com a sombra de uma grade sobre as mulheres.



Fonte: a autora (2023).

A fim de trazer a característica de calendário de um almanaque, inserimos no produto diversas reportagens publicadas nos jornais da época e no Diário Oficial de Pernambuco, sempre com referência à data no qual foram publicadas, contendo um resumo da matéria e ilustração da mesma.

O almanaque possui variados recursos de *hyperlink*, onde o leitor poderá clicar no *link* apontado e seguir para a página correspondente, além de alguns *QR Codes*, onde ao serem escaneados utilizando um aparelho celular, o leitor é direcionado ao recurso de mídia correspondente. Ademais, o índice do almanaque também é clicável, levando o leitor ao ponto da leitura que desejar.

Além disso, o almanaque foi dividido em três partes temáticas, cada uma contendo capítulos que desenvolvem o tema proposto. Cada capítulo procura abordar um aspecto da história da CPFR enquanto instituição prisional feminina. Apesar de ser necessário realizar alguns retornos no tempo ao passar de um capítulo para outro, optamos por separar o almanaque dessa forma a fim de reunir as informações semelhantes e as notícias publicadas sobre uma mesma temática em um único capítulo. Assim ficou dividido o almanaque:

- Parte I – A Questão Penitenciária na Abertura Democrática: busca contextualizar os acontecimentos da transição administrativa da CPFR no período da História em que ocorreu, narrando os acontecimentos do período. Possui dois capítulos:
 - Capítulo 01: Abertura Democrática na América Latina;

- Capítulo 02: Questão Penitenciária e Novas Legislações.
- Parte II – A CPFR no Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco: descreve como se dava a organização do Sistema Penitenciário de Pernambuco na época da transição administrativa. Possui um único capítulo:
 - Capítulo 01: Organização do Sistema Penitenciário em Pernambuco.
- Parte III – A CPFR e sua Transição Administrativa (1984 – 1994): aduz informações acerca do aspecto de transição administrativa na CPFR, em cinco capítulos;
 - Capítulo 01 – Antecedentes: narra os principais momentos históricos da CPFR, como a chegada da Congregação do Bom Pastor ao Recife;
 - Capítulo 02 – Regime Disciplinar na CPFR: narra os aspectos disciplinares desenvolvidos na condução da unidade prisional;
 - Capítulo 03 – Estrutura Física: apresenta uma visão sobre o ambiente e organização da CPFR, bem como quais eram as principais atividades de ressocialização promovidas pela unidade prisional em sua história;
 - Capítulo 04 – Transição Administrativa: esse capítulo tem foco na efetiva transmissão de administração da CPFR às mãos do Estado, realizando análise sobre as suas principais razões;
 - Capítulo 05 – A Mulher Presa: formas de resistência e contestação: realiza considerações acerca do tema, visando discutir a condição da mulher encarcerada sob o aspecto de suas contestações e formas de resistência exercidas pelas mesmas.

Em acréscimo, ao longo da obra encontramos diversas seções que introduzem alguma fonte histórica ou informação relevante sobre o tema.

5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

O formato proposto pretende alcançar um público mais amplo no que se refere aos estudiosos do tema, interessados na temática da mulher presa e história das prisões, afastando-se do tradicional formato acadêmico e permitindo que tanto o público leigo como os estudantes interessados em iniciar novas pesquisas possam aproveitar seu

conteúdo. O almanaque poderá ser disponibilizado na biblioteca da UNICAP e outras bibliotecas virtuais, bem como poderá ser publicado em portais online que reúnam informações acerca do tema. Ademais, poderá ser utilizado como ferramenta de trabalho e estudo para turmas do EJA (Educação de Jovens e Adultos)¹⁵, uma vez que o tema pode ser atrativo para estudantes mais maduros. Consideramos que o almanaque também poderá ser utilizado por profissionais que desenvolveram ou ainda hoje desenvolvem trabalhos na CPFRR, de modo a aproximar o conteúdo do presente estudo a um público familiar com a instituição.

A diagramação em formato de almanaque busca tornar a leitura mais fácil e atrativa, além de promover integração com outras fontes de conhecimento como documentários, livros, sites e exposições fotográficas. O almanaque também está integrado com a exposição virtual intitulada “TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA DA COLÔNIA PENAL FEMININA DO RECIFE (1984-1994): almanaque em exposição”, disponível na plataforma *Artsteps* (<https://www.artsteps.com/view/652985c67715184c73259fb5>), onde os elementos ilustrativos do almanaque se encontram expostos, com legendas explicativas, de modo a permitir uma visualização mais dinâmica do conteúdo. A exposição virtual se revela como mais uma forma de tornar público o trabalho desenvolvido.

Como possibilidades de desdobramentos ainda não exploradas, o produto permite a criação de uma página em redes sociais de amplo alcance, tais como *Facebook* e *Instagram*, uma vez que páginas públicas permitiriam que pessoas que passaram pelas instituições em estudo pudessem deixar seus depoimentos e externar suas impressões, contribuindo para o debate acerca do tema.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a questão da mulher presa e as reverberações dessa realidade no tempo presente é uma reflexão necessária que nos auxilia no entendimento de como a sociedade

¹⁵ A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino proporcionada pelo Governo Federal que compreende todos os níveis da Educação Básica do país, destinada a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada.

lida com essas mulheres desviantes e que significado a punição feminina acaba por tomar. Como afirma Carolina De Wit (2021, p. 196), “a penitenciária é um espelho social, e os acontecimentos dessa instituição são reflexos do que acontece para além de suas grades e muros”.

As notícias veiculadas nos jornais e Diário Oficial, bem como os trabalhos em análise, nos possibilitaram entender as dinâmicas das instituições em estudo, sua história e suas conexões com a sociedade, bem como realizar comparações com outros universos existentes na comunidade. A gama de informações extraídas das fontes encontradas nos ajuda a compreender a condição da mulher na sociedade repressiva em que vivemos, em especial num ambiente de privação de liberdade, associado ao poder pastoral exercido pelas freiras que detinham a função de administração do presídio. O papel das religiosas na execução de tal tarefa não foi ao acaso: a Congregação Nossa Caridade do Bom Pastor foi criada com a missão de realizar um trabalho assistencial e logo, ao longo da História e em diversos lugares do Brasil e do mundo, começou a exercer a função de pastoral carcerária, cuidando de mulheres presas, realizando a tarefa de reconduzir aquelas mulheres ao caminho da retidão e também de Deus. É bem verdade que os discursos tinham a finalidade maior de manutenção do poder que aquelas instituições já gozavam perante a sociedade, através de estratégias voltadas à docilização dos corpos a elas submetidos. Chanceladas pela sociedade no trabalho carcerário, a instituição religiosa terminava por reproduzir sutis formas de opressão das mulheres recolhidas, tudo justificado pelo objetivo primeiro da pastoral carcerária, de recuperação de almas enquanto presas. Ademais, podemos observar as diferenças nos tons promovidos pelos discursos de acordo com a sua origem, ora mais voltado à denúncia, ora enaltecendo as ações governamentais de ressocialização da comunidade carcerária.

7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE/PE)

- 1) Carta da Diretora da Colônia Penal e asilo Bom Pastor, Madre Breves, ao Secretário do Interior e Justiça, Amaro Gomes Pedrosa, remetendo o esboço do Regulamento da Colônia Penal de Mulheres Delinquentes. Recife, 09/11/1946. Setor de Manuscritos e Impressos, documentos avulsos IV, 35.

- 2) Fotografia da fachada da Capela Bom Pastor. Catálogo de Imagens, Arquivo 4, Gaveta 4, Pasta 12, Número 3388, data não informada.

Jornais

ACESSO da população à Justiça melhora com ações do Governo. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 18 de janeiro de 1991. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

ADVOGADA vê como desafio direção de colônia penal. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 1º de agosto de 1990. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

BEBÊS convivem com mães detentas no Bom Pastor. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 23 de novembro de 1993. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

BOM PASTOR agora sob direção de advogada. **Diário de Pernambuco**. Cidade, p. A-8. Recife, quarta-feira, 1 de agosto de 1990. Acesso via hemeroteca digital em 30/12/2021.

BOM PASTOR tem cadastro informatizado. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 04 de novembro de 1992. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

CABRAL avalia primeiras ações na área da Justiça. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 16 de abril de 1991. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

CARVALHO, A. Estado de Necessidade. **Diário de Pernambuco**. Ed. 67. Opinião, p. A-7. Recife, 10 de março de 1980. Acesso via hemeroteca digital em 30/09/2022.

CHÁ do livro movimentada a Colônia Penal. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 07 de novembro de 1992. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

COLÔNIA mantém presas em disciplina exagerada. **Diário de Pernambuco**. Cidade, p. A15. Recife, 11 de junho de 1987. Acesso via hemeroteca digital em 30/09/2022.

COLÔNIA PENAL vai vender seu artesanato feminino. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 12 de setembro de 1984. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

COMEÇA o I Censo Penitenciário do Estado. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 15 de agosto de 1989. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

CONSELHO vê bom nível em presídios. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 25 de novembro de 1987. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

DA CADEIA para ver o Pastor. **Diário de Pernambuco**. Ed. 179, página A1. Recife, 05 de julho de 1980. Acesso via hemeroteca digital em 30/09/2022.

DEBATE sobre a mulher no presídio. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 19 de maio de 1989. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

DETENTAS do Bom Pastor produzem tapetes como atividade pedagógica. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 02 de agosto de 1994. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

DETENTAS encenam peça teatral no Bom Pastor. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 07 de junho de 1988. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

DETENTAS participam dos festejos juninos. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 22 de junho de 1994. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

DETENTOS fazem exames supletivos. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 27 de maio de 1994. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

DETENTOS recebem educação nos presídios do Estado. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 1º de junho de 1994. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

D'OLIVEIRA, F. Os horizontes vazios de quem olha a vida pelas grades do Bom Pastor. **Diário de Pernambuco**. Ed. 68. Viver, seção C, página Um. Recife, 11 de março de 1980. Acesso via hemeroteca digital em 30/09/2022.

ESCOLAS em presídios estão regularizadas. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 09 de setembro de 1994. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

FRANCA decide que ações do Projeto Coringa vão continuar. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 1º de abril de 1989. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

GOVERNO do Estado ajuda ex-detentos a conviver melhor com a sociedade. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 26 de outubro de 1993. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

GRUPO teatral do Bom Pastor já tem nome. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 10 de março de 1988. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

INFORMÁTICA ajudará a combater superpopulação carcerária em Pernambuco. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 15 de setembro de 1994. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

INFORMÁTICA chega a presídios. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 08 de novembro de 1990. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

JUSTIÇA trabalha com cinco prioridades até março de 91. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 30 de maio de 1990. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

PRESAS do Bom Pastor comemoram o Dia da Criança. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 15 de outubro de 1991. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

PRESÍDIOS irão produzir 200 toneladas de hortigranjeiros. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 08 de fevereiro de 1986. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

PROFISSIONALIZAÇÃO do preso é prioridade em Pernambuco. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 21 de março de 1991. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

PROGRAMA de alfabetização muda para melhor no Estado. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 03 de novembro de 1988. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

RIVAS, L. Crime e castigo: em julgamento, a mulher. **Diário de Pernambuco**. Ed. 262. Viver, seção B, página Um. Recife, 27 de setembro de 1980. Acesso via hemeroteca digital em 30/09/2022.

SANTOS, F. Bom Pastor está pertinho do inferno. **Diário de Pernambuco**. Cidade, p. A-9. Recife, 02 de outubro de 1989. Acesso via hemeroteca digital em 30/09/2022.

SISTEMA Penitenciário festeja Semana do Livro. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 26 de outubro de 1993. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

TEATRO é levado aos presídios. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 21 de outubro de 1988. Acesso via site da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), em 30/09/2022.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, Bruna. **Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. 2011. 317 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARTUR, Angela Teixeira. **Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras**. 2017. 239 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2 ed. Editora Revista dos Tribunais, 1999.

BELO, Charisma Cristina Alves Tomé. **Economia criativa no cárcere feminino: um laboratório para produção de material didático (vídeo) em EAD**. Dissertação – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014.

BORGES, Viviane Trindade. **Narrativas Sobre a História da Loucura no Tempo Presente: O Arquivo de Fontes Orais do Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Sant'ana (CEDOPE/HCS)**. Tempos Históricos, Volume 17, 2º Semestre de 2013. P. 123-140.

BORGES, Viviane; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. O patrimônio prisional: estética do sofrimento, fetiche e reflexão. **Revista Luso-brasileira e Artes e Cultura**, p. 82-97, 2019.

CARIDADE, Maria do Amparo Rocha. **Sexo, mulher e punição: a sexualidade feminina numa instituição penal**. 1988. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESAR, Tiago da Silva. As prisioneiras de Clio. *In*: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOSO, José Carlos da Silva; SILVA, Jonathan Fachini da (orgs). **História das mulheres do Brasil Meridional** – 2 ed [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos; Editora Unisinos, 2022, p. 185-243.

CESAR, Tiago da Silva. **“Que me importa que o governo recolha o meu dinheiro à caixa econômica, se eu tenho que morrer na prisão!?”: contestações e resistências ao regime penitenciário da Casa de Correção de Porto Alegre (1897-1930)**. 2023.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.9, n.20, p.05 - 74. jan./abr.2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Legado da Congregação Bom Pastor D'angers na institucionalização do cárcere feminino no Brasil**. 2016.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Prisões Femininas no Brasil**: possibilidades de pesquisa e de fontes. In: XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS, 2016, Santa Cruz do Sul. Ensino, Direito e Democracia. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em <http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1469038254_ARQUIVO_ArtigoANPUHRegional-Final.pdf>. Acesso em 31/12/2021.

LICARI, Saverio. **Fundamentos teológicos da Iconografia Cristã**. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

LYNCH, Richard. A Teoria do Poder de Foucault. In: TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault**: conceitos fundamentais. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018, p. 23-40.

MALERBA, Jurandir. **Almanaque do Brasil nos tempos da Independência**. São Paulo: Ática, 2022.

MARTELETO, Regina Maria; DOURADO, Stella Moreira. Os almanaques e a circulação social dos objetos culturais: bibliografias, coleções, rastros de leitura. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 354-372, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/92432>>. Acesso em 18/04/2023.

MAUAD, Ana Maria. O passado em Imagens. Artes Visuais e história pública. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria. **Sobre imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas**. Revista Maracanan, vol. 12, n.14, p. 33-48, jan/jun 2016.

MENEGUELLO, Cristina; BORGES, Viviane Trindade; **Patrimônio, memória e reparação**: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo. Patrimônio e Memória, 2018, v. 14, n. 2, p. 345-374.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PERROT, Michelle. O inspetor Benthan. In: **O Panóptico**: Jeremy Benthan. Organização de Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 127-172. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/81000/mod_resource/content/1/TC%20%20pan%C3%B3ptico.pdf>. Acesso em 09/07/2022.

QUADRAT, Samantha Viz. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). **Que História Pública Queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 213-220.

SANTOS, Charisma Cristina Alves Tomé dos. **Um Olhar Sobre a Colônia Penal Feminina do Recife:** dinâmica e compreensão do perfil da mulher no cárcere. Recife: FIR, 2009, 100p. Monografia de Especialização. Disponível em <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5475>. Acesso em 13/12/2021.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Onde reside o poder. In: . **O poder e o conhecimento:** introdução ao pensamento de Michel Foucault. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 103-141.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral.** 8.^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 247- 266.

WIT, Carolina Wanderley Van Parys de. **Entre o Cárcere e o Lar:** trabalho e ressocialização feminina na Penitenciária de Florianópolis (1930-1963). 2021. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.